

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 44ª
(QUADRAGÉSIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA
DISCUTIR A POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS RURAIS
NO DISTRITO FEDERAL
DE 23 DE MAIO DE 2019.**

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Boa tarde a todos e a todas.

Está aberta a sessão ordinária da Câmara Legislativa do Distrito Federal, do dia 23 de maio de 2019.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Hermeto a secretariar os trabalhos da Mesa.

DEPUTADO HERMETO – Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputada Arlete Sampaio; boa tarde, pessoal da galeria. Sejam bem-vindos!

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Dá-se início aos
Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – O Expediente lido vai à publicação.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 376, de 2019, de autoria do Deputado Hermeto, a sessão ordinária de hoje, quinta-feira, dia 23 de maio de 2019, fica transformada em comissão geral para discussão sobre a política de regularização de terras públicas rurais no Distrito Federal.

Neste momento, convido o Deputado Hermeto para presidir os trabalhos da comissão geral.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	2

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Declaro suspensa a presente comissão geral por dez minutos, convidando as Sras. e Srs. Deputados, bem como todos que desejam participar do debate, para virem ao plenário debater na nossa comissão geral.

Está suspensa a comissão geral.

(Suspensa às 15h10min, a comissão geral é reaberta às 15h21min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Está reaberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – A presente comissão geral, conforme deliberação do Plenário, por requerimento do Deputado Hermeto, destina-se a debater a política de regularização de terras públicas rurais do Distrito Federal.

Quero dar boas-vindas a todos os presentes.

Convido as seguintes autoridades para comporem a Mesa: Secretário da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF – SEAGRI, Sr. Dilson Resende de Almeida; Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, que sempre está aqui com a gente, Sr. Matheus de Oliveira; Subsecretário de Assuntos Distritais, Sr. Roberto Nobre – policial militar –, aqui representando o Sr. Vitor Paulo, Secretário da Secretaria de Relações Institucionais – SERIS; a Sra. Juliana de Castro Freitas, Diretora de Conservação Ambiental, aqui representando o Presidente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do DF – IBRAM, Edson Duarte; Sr. Valdir Calisto, Presidente da Associação dos Legítimos Ocupantes de Terras Públicas Rurais do Distrito Federal – Alô TERRA; Sr. Cristiano Varela – foi ele que provocou a realização desta comissão –, Diretor da Associação dos Produtores, Moradores e Trabalhadores Rurais da Cerâmica Santa Maria – APROSANTA/DF. Convido ainda, para sentar à Mesa, o Sr. Aramis Beltrami, Gerente de Regularização e Imóveis Rurais da Terracap.

Registro a presença da minha nobre Vice-Governadora do Distrito Federal e hoje Deputada Arlete Sampaio. Dizem, na hierarquia, Deputada, que a gente tem que falar o cargo maior que o político ocupou. Então, a senhora é Vice-Governadora.

Senhoras e senhores, esta comissão geral se destina à apresentação da equipe técnica e do Secretário da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para esclarecimentos sobre atividades, metas e projeção da Seagri, em conjunto com a Terracap.

Antes de passar a palavra ao Secretário, informo a todos que fizemos um levantamento das proposições e das informações que precisam ser encaminhadas a esta Casa, em especial, para a Comissão de Assuntos Fundiários, a qual presido, aguardando que a Seagri e a Terracap nos respondam formalmente e nos apresentem as estimativas de cronograma para a conclusão das atividades elencadas a seguir.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	3

Conclusão pela Terracap do processo da ação demarcatória das terras urbanas e rurais que definem a titularidade e situação fundiária de todo o Distrito Federal, visando a assegurar a segurança jurídica de ocupantes e proprietários rurais.

Fixar prazos para que a Terracap promova a individualização das matrículas dos imóveis submetidos ao processo de regularização fundiária e rural, Lei nº 5.803, de 2017, para conferir celeridade e transparência aos processos administrativos, de forma a permitir que ocupantes possam acompanhar e fiscalizar a tramitação dos mesmos.

Tratar do aperfeiçoamento de instrumento legal que estabeleça a avaliação correta dos bens e benfeitorias, melhoramentos e conservação do solo nos procedimentos de regularização fundiária rural.

Analisar a viabilidade legal para a inclusão na Lei nº 5.803, de 2017, da regularização fundiária de áreas rurais menores que 20 hectares que usem também novas tecnologias como estufas, hidroponia e outras.

Acompanhar e fiscalizar o gerenciamento dos projetos de interesse do setor produtivo na macrozona rural, incluindo disponibilização de áreas para instalação de equipamentos públicos, tais como escolas, postos de saúde entre outros.

Acompanhar e fiscalizar a revisão do PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial – Lei Complementar 803, de 2009, que será elaborada pela SEDUH – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação –, de maneira que se mantenha o equilíbrio entre a ocupação urbana e a macrozona rural, evitando possíveis expansões do zoneamento urbano sobre a área produtiva ou ambiental.

Senhoras e senhores, hoje estou Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários da Câmara Legislativa. Confesso aos senhores que sou da área de segurança pública, sou policial militar, subtenente da Polícia Militar, e me foi incumbida a missão de nestes dois anos presidir essa comissão. Portanto, hoje estou aprendendo, junto com os técnicos aqui da Casa, junto com pessoas que passaram, como o Secretário e outros, como presidir essa comissão e lhe dar o melhor de mim.

Hoje entendo que passam governos, saem governos e continua aquela mesma novela de regularização, às vezes ela é até moeda de determinadas campanhas políticas de determinados políticos. Quando assumi a comissão, eu disse aos nossos técnicos – aqui está o Fábio Fuzeira, que conhece muito – que eu quero ser um desatador de nós, eu quero estar um Deputado aqui, como Presidente da comissão...

Todos achavam que eu ia para a Comissão de Segurança por ser policial, mas aceitei esse desafio de peito aberto para aprender com os senhores. Contudo, entendo uma coisa: regularização fundiária é um problema que se arrasta há anos e anos e ninguém toma uma providência. Eu, Deputado Hermeto, enquanto estiver à frente dessa comissão e no exercício do mandato, farei de tudo, dentro da legalidade, para resolver esses problemas no que tange à minha parceria como membro da Câmara Legislativa, não deixarei nada para trás. (Palmas.) É difícil ver que entra governo, sai

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	4

governo, e continua a mesma novela, a mesma novela. Só mudam alguns personagens, a novela e o filme são os mesmos. Então, hoje aqui vamos fazer os encaminhamentos, estão os técnicos e os secretários juntos, vamos levar e buscar soluções para que possamos resolver esse assunto.

Quero também registrar a presença do meu nobre Deputado, jovem Deputado atuante aqui na Casa, meu amigo Deputado Leandro Grass, que está ajudando a nossa comissão. Quero registrar a presença do Alan Valim, meu amigo, subtenente do Corpo de Bombeiros, Administrador de São Sebastião. Esse colete eu conheço, Alan, comecei com ele há doze anos quando eu era Administrador da Candangolândia. Não registrei a patente, senão, eu ganharia *royalties* agora. Fui o primeiro administrador a andar de colete. Eles ficavam rindo de mim, e hoje todos andam de colete. Estes não, os do passado diziam: "Esse administrador é meio doido, anda de colete, anda numa moto, anota num papelzinho". E, graças a Deus, é isso aí, tem que dar acessibilidade à população, Administrador tem que estar na rua. Registro a presença do Sr. Vilmar Ângelo, Subsecretário de Regularização Rural. Uma salva de palmas para o homem porque vão precisar dele. (Palmas.)

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Calma, que o Vilmar vai melhorar.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Meu querido, vamos conduzir tranquilamente os trabalhos. Vou aceitar que você fale, sou um Deputado extremamente democrático, até descontraído um pouco, mas vamos sempre preservar o respeito à pessoa que está aqui hoje, a qualquer um.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Você terá voz, fique tranquilo.

Quero passar a palavra aos Parlamentares aqui presentes.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar o nosso Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputado Hermeto, pela realização desta comissão geral; quero cumprimentar todos os integrantes da Mesa e quero também saudar a presença do nosso querido amigo Deputado Leandro Grass e a presença de cada um e cada uma de vocês.

Essa questão das terras e, em particular das terras rurais, enseja sempre uma série de reações, de problemas. Eu sei que todo mundo está angustiado aí em cima para falar, mas é importante vocês também ouvirem aqui os que vão falar porque é a voz oficial do governo, para a gente saber o que eles estão pensando para que, a partir daí, a gente possa definir a estratégia que vocês querem desenvolver.

Eu quero dizer sobretudo ao Secretário Dilson que há alguns imbróglios que precisam ser resolvidos.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	5

Considero a lei que foi instituída pelo governo anterior com relação à política de reforma agrária um equívoco absurdo porque desconhece completamente a existência dos movimentos sociais que lutam pela terra e estabelece uma sistemática em que as pessoas se inscrevem para poder concorrer à possibilidade de participar de um projeto de reforma agrária. A reforma agrária em Brasília hoje... uma série de assentamentos ainda não têm claro qual é a política que o atual governo vai desenvolver com relação a eles. Isso é fundamental porque não basta fazer o assentamento, sem dar as mínimas condições para as pessoas produzirem sementes e outros insumos.

É fundamental também a gente combater uma coisa que é extremamente frequente aqui em Brasília que é a grilagem de terras. A grilagem de terras é um absurdo que, às vezes, tem acontecido aqui porque algumas pessoas reivindicam serem donas de terras das quais não são donas.

A proposta que o Deputado Hermeto leu aqui e que eu acho fundamental – ela foi feita uma vez, mas é preciso ser atualizada – é saber qual é o mapa fundiário do Distrito Federal? Ou seja, onde há terra pública da União, onde há terra pública do Distrito Federal, onde há terra de particulares comprovadamente e onde há terras que, por dificuldades na época da desapropriação, não foram desapropriadas de maneira correta e hoje há pessoas reivindicando ser donas sem ser? Então, há todo esse imbróglio que é muito difícil.

Quando Vice-Governadora, já que o Deputado Hermeto citou, fui responsável por um grupo de trabalho para analisar todos os condomínios horizontais do Distrito Federal. Eram mais de quinhentas na época. Nós fizemos um estudo rigoroso, um a um. Nós descobrimos inclusive que havia condomínios que a gente chamava de condomínio-beliche porque era a mesma terra vendida para mais de uma pessoa, ou seja, a imaginação era de que um moraria em cima e o outro moraria embaixo, só pode ser assim. Então, nós tivemos que desconstituir uma série de condomínios e buscar regularizar os demais.

O processo de regularização é lento porque exige uma série de coisas, desde o projeto urbanístico, o estudo de impacto ambiental e outros mais. Até terminar é uma longa novela e, às vezes, até as pessoas que estão no condomínio não têm interesse que seja regularizado. Então, é um imbróglio muito grande e, como o Deputado Hermeto disse que ele gosta de desatar nós, eu espero que a gente desate diversos nós. O primeiro, eu acho, é esse do PRAT – Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais, o outro é a criação dessa associação do Torto que pretende ocupar o lugar da Emater. Eu acho isso gravíssimo e eu chamo a atenção do Secretário Dilson porque isso é extremamente importante e já está tramitando na Casa a legislação que amplia a área de atuação dessa associação e compromete, inclusive, a existência da Emater, que é um órgão extremamente importante, sobretudo para os agricultores familiares do Distrito Federal. Então, quem dá assistência técnica a toda a produção rural do Distrito Federal é um órgão que precisa do apoio da gente para que, cada vez mais, se aperfeiçoe e continue exercendo suas funções.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	6

Portanto, Deputado Hermeto, V.Exa. tem vários nós para desatar e é muito importante que haja uma colaboração e a compreensão de todos para que a gente possa realmente avançar no sentido da regularização fundiária das terras rurais aqui do Distrito Federal.

Muito obrigada.

Boa tarde a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Quem quiser fazer uso da palavra já pode se inscrever, o pessoal do gabinete está aí. Vamos estabelecer três minutos para cada um e dez pessoas para falar. Quem quiser levante a mão que os nossos colaboradores do gabinete vão até vocês. Ao senhor que levantou a mão e disse que quer falar, desça para cá.

Vou ler as faixas que estão aqui por respeito a quem está na galeria: "Aprosanta – DF na luta pela mudança na Lei nº 5.803, de 2017, art. 7º, inciso II, e áreas públicas desapropriadas em comum"; "Aprosanta – DF agradece ao Secretário Dilson e ao Subsecretário Vilmar Angelo, da Seagri, pela defesa da agricultura familiar" – Angelo, você está bem!; "Aprosanta – DF agradece ao Sr. Leonardo Mundim, da Terracap, OAB, Ibram, Seagri, associados e todos os participantes da comissão geral"; "Acampamento Tiradentes: Reforma Agrária já!"; "Os produtores rurais do DF agradecem o apoio do Deputado Martins Machado na luta pela regularização, apoio e mudança da Lei nº 5.803, de 2017"; "Aprosanta – DF agradece ao presidente Rafael e Deputado Hermeto a defesa do produtor rural, e pela mudança da Lei nº 5.803, de 2017".

Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Boa tarde a todas e todos. Vou ser bem breve.

Deputado Hermeto, parabéns pela iniciativa. É muito importante debater esse tema. Ele é um tema estratégico no desenvolvimento sustentável aqui do Distrito Federal justamente porque as pessoas que são assentadas, as pessoas que produzem, especialmente os pequenos, são exatamente aqueles que protegem o meio ambiente. Muitas vezes, a gente olha para esses produtores, para essas pessoas que estão ali e enxerga inimigos, mas, com eu falei hoje de manhã, inclusive, na sessão solene da Frente Parlamentar da Agricultura, nós temos que entender que quem produz, especialmente o pequeno e médio agricultor familiar, é um grande protetor do meio ambiente, porque ele é produtor de água, porque ele preserva. Muitas vezes, é uma agricultura limpa, sustentável, ecológica, de comida sem veneno. Então, é muito importante que esse processo aconteça justamente para a gente dar segurança a essas pessoas, para que a gente consiga gerar renda, para que a gente consiga produzir com qualidade.

A gente, de fato, tem uma certa angústia, uma certa ansiedade em relação aos encaminhamentos que estão sendo feitos, a uma ainda não concreta política de regularização que não seja só uma canetada. A gente não quer só uma canetada. A

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	7

Deputada Arlete Sampaio falou muito bem aqui. Os produtores precisam de condições, eles precisam de apoio, precisam de técnica, precisam de suporte. A Emater faz um bom trabalho nesse sentido, a Secretaria de Agricultura tem instrumentos.

E é preciso que seja feito dessa forma, não apenas que se regularize, mas que haja, também, uma rede de apoio aos produtores para que eles possam permanecer ali e não ficar vulneráveis à especulação da terra, especialmente nas áreas estratégicas onde, hoje, o setor imobiliário está babando, está doido para tomar conta, como é o caso do Descoberto, para colocar ali os condomínios, para conseguir ganhar mais dinheiro. E isso a gente sabe que é extremamente ruim, é extremamente nocivo para o desenvolvimento da nossa cidade.

Então, eu fico feliz que a gente esteja debatendo isso. Quero saudar o Secretário, os Subsecretários que estão presentes, para também dar uma sinalização, indicar como o governo pretende trabalhar isso. Então, vocês aqui, produtores, assentados, agricultores familiares são muito bem-vindos e precisam participar desse debate. Acreditamos que a melhor política vai ser feita com o envolvimento de vocês, ouvindo vocês e não apenas com iniciativas que venham única e exclusivamente do governo.

Parabéns, Deputado Hermeto. Ótima iniciativa. Espero que daqui saiam bons encaminhamentos. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Obrigado, Deputado Leandro Grass.

Concedo a palavra ao Deputado Martins Machado.

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Concedo a palavra ao Deputado Martins Machado.

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Boa tarde a todos. Cumprimento o meu amigo Hermeto, Secretários, Subsecretários, todos os demais que estão na Mesa.

Em relação à regularização, nós temos que também ir ao Executivo e convencê-lo a se unir conosco porque nós estamos vivendo um período muito complicado em relação ao desemprego, que vem aumentando, aumentando, aumentando e, se não fossem as ações produtivas na área rural, seria muito maior. Muito maior. Então, tem que ter um combate ao desemprego, e uma das formas de combater o desemprego é apoiar a produção agrícola, é apoiar realmente o setor para que não só venha a regularizar, mas, como já foi debatido e já foi falado, que haja investimento em tecnologia. A gente sabe que o Brasil é um país em potencial para produção agrícola, é um país que até se destaca no cenário mundial, mas ainda tem muito a ser feito.

Então, nós queremos dizer a vocês que vocês não estão sozinhos nessa batalha, podem contar aqui na Câmara Legislativa com o Deputado Leandro Grass, especialmente com o Deputado Hermeto, com a Deputada Arlete Sampaio e comigo também para a gente se unir realmente e dar a nossa contribuição para vocês.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	8

Então vamos realmente lutar nessa batalha e combater o desemprego e vamos incentivar, sim, a produção rural.

Muito obrigado. Que Deus abençoe todos vocês. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Obrigado, Deputado Martins Machado.

Estão encerradas as inscrições. Você fez a inscrição do meu amigo aí?

Eu queria ver se o administrador Alan Valim quer fazer uso da palavra.

Concedo a palavra ao Secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Sr. Matheus de Oliveira.

SR. MATHEUS DE OLIVEIRA – Boa tarde. Boa tarde, Deputado Hermeto, demais Deputados daqui da Casa, boa tarde a todos que estão aqui na plateia, na Mesa; ao Secretário da Agricultura, Sr. Dilson; e aos demais colegas.

Primeiro, quero dizer que é uma honra e um prazer sempre estar aqui na Casa. O Deputado Hermeto, assim como outros Deputados, tem nos dado essa oportunidade de estar aqui na Casa do Povo para falar diretamente para o povo e, especialmente, em situações de temas específicos que são tão importantes para o nosso Distrito Federal, especialmente num momento especial como esse, que é o início de uma nova gestão. Início de uma nova gestão, em que se renovam as esperanças, em que se espera uma virada de página e adoção de ações concretas, de um planejamento feito de forma mais séria, de ações que realmente mudem a situação de pessoas que têm por tanto tempo lutado e buscado soluções das mais diversas possíveis.

É nesse contexto que venho aqui falar um pouco do trabalho que temos desenvolvido nesses quatro meses e meio à frente da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, que tem, embora o tema aqui seja regularização rural, mas que tem uma importância grande dentro do contexto do momento em que estamos vivendo agora, que é o de iniciar o trabalho da revisão do nosso PDOT – Plano Diretor de Ordenamento territorial.

Nosso diagnóstico desde a época da transição é que já se completam dez anos do plano diretor, cuja última versão é de 2009, e a lei de fato determina que a cada dez anos seja feita uma revisão. O diagnóstico já era de que se tratava de uma lei já desatualizada, uma lei que já não acompanha a necessidade, os anseios de um Distrito Federal que, de dez anos para cá, já se demonstra diferente daquele idealizado, planejado dez anos atrás. E é assim, de fato, que as coisas acontecem.

Porém, uma das principais questões que o plano diretor vem analisando – e esse é o nosso diagnóstico, mesmo antes de assumir o governo – é que a questão da regularização fundiária, seja ela urbana ou rural, já veio sendo tratada por gestões anteriores de uma forma muito ruim, muito aquém da possibilidade, tanto do ponto de vista de planejamento, de legislação, como do ponto de vista de ações concretas.

Só para citar um exemplo, só para dar uma ordem de grandeza e um comparativo, esse comparativo da regularização urbana, iniciamos um processo de

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	9

diagnóstico, de levantamento das áreas urbanas que o plano diretor já tinha definido como áreas de regularização, que todos conhecem como ARIS – Áreas de Regularização de Interesse Social e ARINE – Áreas de Regularização de Interesse Específico.

Essas 83 áreas definidas, lá no plano diretor de 2009, passados dez anos, essas 83 áreas se subdividem em 300 projetos, somente 10% desse total dos 300 projetos, apenas 30, nas gestões passadas tiveram sua conclusão alcançada. Ou seja, se só 10% foi concluído, em dez anos, isso significa que levaríamos cem anos para termos a conclusão das regularizações rurais, não estou nem falando das urbanas.

Esse diagnóstico revela uma realidade inaceitável e nós, nessa nova gestão, temos essa consciência. Eu costumo dizer que, para se resolver um problema, primeiro, precisamos admitir que ele existe – e ele existe. Desenvolvemos uma série de ações na área urbana, na nossa Secretaria, para atacar de forma mais efetiva esse problema.

Quando a gente fala das áreas rurais – e eu quero só fazer um parêntese para mencionar que hoje, por acaso, na manhã de hoje, dessa quinta-feira, tivemos uma reunião do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano, o chamado Conplan, que tem membros do governo e membros da sociedade civil. Foi aprovada, hoje de manhã, a regularização fundiária dos Trechos 2 e 4 de Vicente Pires, que eram já também os últimos trechos que faltavam e aguardavam aprovação há vários anos. Em quatro meses e meio de trabalho, conseguimos unir esforços de todos os órgãos do governo, para que essa aprovação fosse possível em tempo recorde nesses primeiros quatro meses e meio de gestão.

Quando a gente traz essa lógica para o rural, eu costumo dizer que a gente tem duas situações claras. A primeira, é uma visão de governo sobre a integração dos órgãos, que precisa existir, para que a regularização rural funcione. Essa integração existe desde o primeiro dia, havia a integração dos Secretários ainda na transição: da minha parte; da parte aqui do Secretário Dilson, da Agricultura; da parte da Terracap; da parte de todos os órgãos que participam desse contexto da regularização rural. Eu não sei quando tivemos um governo tão alinhado entre os Secretários, entre os órgãos envolvidos. Muitas vezes, numa ligação, numa reunião se resolve e se avança muita coisa.

Foi nesse sentido que o nosso Secretário Dilson, da Agricultura, logo no início dessa nova gestão nos trouxe, nascedouro, um pedido para a criação de uma força tarefa para que conseguíssemos unir a SEDUH – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, a SEAGRI – Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural e a Terracap, dentro de uma célula única de trabalho, em que pudéssemos, de uma forma integrada, com visões e com um fluxo de trabalho integrados, trabalharmos juntos para dar uma maior dinâmica, uma maior celeridade. Com isso, foi publicado um decreto há poucos meses, e esse trabalho já foi iniciado nesse sentido.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	10

E não é só isso. Para que, realmente, possamos avançar numa série de outros temas, além de tudo aquilo que já existe colocado até aqui, precisamos discutir alterações legislativas. Essas alterações legislativas, esse governo vem, desde o primeiro dia, se dispondo a fazer por entender que muito da nossa legislação não reflete os anseios da nossa sociedade, da comunidade especialmente rural.

Foi nesse sentido, então, que já anunciamos, há cerca de quinze, vinte dias, a nova metodologia e o cronograma de trabalho para as discussões da revisão do PDOT. Já há um *site* próprio, já está divulgado: www.pdot.seduh.df.gov.br. É o *site* específico com todas as informações da revisão do nosso Plano Diretor de Ordenamento Territorial, com todas as premissas, as diretrizes, o cronograma de trabalho, a metodologia. Diferente de outras leis, nós não estamos apresentando, nesse momento, uma minuta, porque a minuta de lei deve ser resultado dos debates com a comunidade.

Então, anunciamos o início de um trabalho e faremos um forte papel de divulgação de todas as oficinas, as consultas públicas, as reuniões, as audiências que faremos para que, ao final do trabalho de um ano de discussão, possamos ter uma minuta de revisão do plano diretor que justamente reflita os anseios, a necessidade de se atender as demandas que não é só da população urbana, mas também da população rural, que vive no meio rural, que produz no meio rural. O nosso plano diretor, assim, estabelecerá todas essas diretrizes.

Quero, mais uma vez, agradecer o convite do Deputado Hermeto. Quero saudar todos os movimentos e dizer que, por parte da Seduh, há todo um empenho, toda a energia e disposição de realizarmos absolutamente quantas reuniões forem necessárias. Convido, desde já, todas as entidades para que façam parte de todas discussões, reuniões, oficinas que serão divulgadas em muito breve. Que a gente possa realmente, nessa revisão do plano diretor, que deve obedecer ao princípio da participação popular, fazer com que o plano diretor realmente possa refletir todas as necessidades da população.

Eu vou pedir ao nosso Deputado Hermeto licença para me ausentar por conta dessa aprovação de Vicente Pires hoje cedo, que é um grande marco para o Distrito Federal. Eu tenho que me dirigir para outros compromissos. Vou convidar para fazer parte aqui da Mesa, pessoa que estará à disposição para os debates: o nosso Subsecretário de Políticas Públicas e Planejamento Urbano, responsável pelo plano diretor e pela sua revisão, Sr. Vicente Correia Lima Neto. Eu peço que ele venha aqui.

Muito obrigado a todos. Boa tarde e bom trabalho.

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Obrigado, Secretário Matheus.

Quero registrar a presença de alunos e professores do Centro de Ensino Fundamental nº 34 de Ceilândia, participantes do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo. Muito obrigado.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	11

Quero registrar a presença do meu Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputado Valdelino Barcelos.

Concedo a palavra ao Deputado Valdelino Barcelos.

DEPUTADO VALDELINO BARCELOS (PP. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o meu Presidente Deputado Hermeto e na sua pessoa cumprimento toda Mesa. Sei da sua capacidade, do seu trabalho. Eu me orgulho de ser seu Vice-Presidente, porque sei que você é *top* para trabalhar, para fazer o que precisa, está fazendo e é 24 horas no ar. Foi administrador por oito anos. Trabalhava 24 horas numa moto. Eu sempre via. Fico admirado de como V.Exa. dá conta de trabalhar e de fazer o que faz.

Quero cumprimentar toda a plateia que está aqui. Tenho certeza de que o Hermeto está fazendo o melhor para a sociedade, para os condomínios, para a zona rural. Conte comigo, Hermeto. Estamos juntos para somar. Tenho certeza disso.

Quero cumprimentar e agradecer a todos e a você. As coisas estão em boas mãos. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Obrigado, Deputado Valdelino. V.Exa. tem feito um trabalho muito forte aqui na Câmara Legislativa. É um Deputado de primeiro mandato como eu, mas veio mostrar a que veio, trabalhar em prol da população do Distrito Federal.

Passo a palavra ao Sr. Dilson Resende de Almeida, Secretário de Agricultura.

SR. DILSON RESENDE DE ALMEIDA – Boa tarde. Boa tarde, Deputado Hermeto. Parabéns pela iniciativa. É um assunto que realmente demanda muito da nossa sociedade rural. É importante não só para a produção e geração de emprego, mas também para a segurança jurídica daqueles que ali vivem e dedicaram sua vida à sua propriedade, à sua residência – que fazem da área rural a sua vida.

Quero cumprimentar os meus companheiros de Mesa. O Secretário Matheus de Oliveira, que se retirou, é parceiro. Realmente, a gente tem conversado muito desde a transição. Ele é uma pessoa muito competente e vai conduzir a revisão do PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial, em que está a resposta para muitos dos pleitos que virão daqui. A Central de Regularização foi uma ideia que tivemos durante a transição, visando exatamente a dar essa integração e essa celeridade ao processo. A gente entende – e eu reconheço – que é um processo que se arrasta há muito tempo.

Eu estou há trinta anos na vida pública como servidor da Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, e, antes até um pouco, como cargo comissionado da TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília. A gente acompanha essa história longa. Se fosse simples, já estaria resolvida. Realmente, o assunto é complexo, mas nós estamos aqui exatamente para ouvir, construir e buscar os instrumentos legais para que isso possa acontecer.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	12

Quero cumprimentar os seguintes: Subsecretário de Relações Institucionais, Sr. Roberto Nobre; Diretora de Conservação Ambiental do Ibram – Instituto Brasília Ambiental, nossa amiga também de longa data, Sra. Juliana; Gerente de Regularização de Imóveis Rurais da Terracap, servidor da Secretaria de Agricultura – nós o emprestamos à Terracap por sua competência –, Sr. Aramis Cardoso Beltrami; Presidente da Associação dos Legítimos Ocupantes de Terras Públicas Rurais DF – Alô Terra, Sr. Valdir Calisto, com quem também já convivemos, que conhecemos há muito tempo e é um lutador da causa; Diretor da Associação dos Produtores, Moradores e Trabalhadores Rurais da Cerâmica Santa Maria – APROSANTA/DF, Sr. Cristiano Varela, com quem já estivemos também em vários momentos; Deputada Arlete Sampaio, nossa ex-Vice-Governadora, uma lutadora também da causa; nosso amigo Deputado Chico Vigilante, que também é um Deputado com que temos uma convivência antiga, um parceiro com quem a agricultura conta; Deputado Leandro Grass, com quem já tivemos também oportunidade de discutir algumas questões; Deputado Martins Machado, que proferiu palavras aqui de apoio; Deputado Valdelino Barcelos, que está em seu primeiro mandato e de quem a gente conhece o seu trabalho, liderando a categoria há muito tempo; Sr. Fábio Fuzero, que vou citar porque foi nosso parceiro – viu, Deputado Hermeto? – na época da elaboração da Lei nº 5.803, uma legislação que avançou muito. Lógico que o ideal é difícil de a gente conseguir porque o gestor público é muito amarrado nas suas ações, existem muitas legislações que tratam dos assuntos, mas o Fábio foi um parceiro, não é, Fábio? Fizemos um trabalho exaustivo de seis meses aqui dentro da Câmara e mais seis meses na Secretaria na construção da lei. Na época eu tive o privilégio de ser convidado pelo então Deputado Joe Valle e pelo Secretário da época, José Guilherme, que hoje é o Secretário Nacional de Defesa. Coordenamos um grupo que trabalhou ativamente por um ano, para chegar à Lei nº 5.803, que foi debatida nesta Casa; emendada, foi alvo realmente de uma construção democrática.

A questão da terra não é um problema só do DF. Ontem estivemos reunidos com todos os Secretários de agricultura do Brasil, por ocasião da primeira reunião do CONSEAGRI – Conselho Nacional dos Secretários de Estado de Agricultura, que é o conselho que congrega os Secretários, lá no Palácio do Buriti. Elencamos quatro pontos que levamos à Ministra ainda ontem no final do dia. Primeiro, a defesa sanitária, porque garante a qualidade, garante a competitividade do País. Nós estamos vivendo um momento grave com relação à peste suína clássica no Nordeste e a iminência da peste suína africana na Ásia, já se aproximando de uma pandemia. Então, foi um ponto importante definido pelos Secretários.

A assistência técnica de extensão rural, porque sem uma assistência técnica de extensão rural forte, com o apoio governamental – porque os recursos são escassos em todas as áreas, principalmente na pequena produção – o agricultor familiar, os assentados de reforma agrária – não se viabilizam. Temos que ter a terra pública e essa demanda também é de todo o País.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	13

O crédito rural, porque também é um instrumento que possibilita ao produtor fazer seus plantios e melhorar a sua vida, fazer sua estrutura. E é onde pega, nesse caso também, já a regularização fundiária, porque, muitas vezes, ela impede o acesso ao crédito.

E o quarto ponto foi a regularização fundiária. Aí você pensa: estavam lá de Roraima até o Rio Grande do Sul, e todos os estados têm esse problema. A regularização fundiária é um problema nacional. Citaram aqui a Lei nº 13.465, que foi uma lei que veio de uma medida provisória com uma expectativa muito grande. Realmente ela traz grandes avanços, mas ela tem suas limitações também em termos de público, de casos em que ela pode atuar. É uma lei mais direcionada a assentamentos de reforma agrária. Ela excetua textualmente as áreas objeto da Lei nº 12.024, que foi a legislação federal que possibilitou a regularização direta aos legítimos ocupantes, e da Lei nº 5.803, sobre a qual já falei.

Então, eu não vou fazer um comentário muito grande, porque os debates virão. Eu sei que haverá questionamentos, mas a gente, como gestor público, está limitado ao que a lei autoriza. Eu não posso fazer nada que não esteja autorizado em lei. E dois: nós trabalhamos com essa legislação. E a Lei nº 13.465, apesar de ser uma lei que já traz muitas facilidades de regularização, ainda não atingiu também os estados que ela poderia ter atingido, porque são problemas na Amazônia, no Mato Grosso, áreas da União que não tem dúvida, que poderiam ser objeto.

Então, o problema fundiário, só para deixar claro, não é uma particularidade nossa. E, no DF, não tem só problema com as áreas da Terracap, do Distrito Federal. Nós temos aqui áreas particulares, áreas da União e as tais desapropriadas em comum, que são realmente um problema que a Terracap e a Secretaria vêm buscando junto, inclusive, com os cartórios, com a ANOREG – Associação dos Notários e Registradores... Já estivemos no Tribunal de Justiça com o corregedor... Nós estamos buscando avançar na questão, mas, como eu disse, a lei, às vezes, nos impede de ir e de fazer o que até gostaríamos de fazer, mas somos impedidos porque ela não nos permite.

No momento, estamos aqui para ouvir. Vou só fazer considerações sobre os tópicos elencados pelo nobre Deputado. Primeiro, a conclusão da ação demarcatória pela Terracap. Eu não tenho conhecimento disso. Eu vou deixar que o Dr. Aramis fale sobre esse assunto. Fixar o prazo para que a Terracap promova a individualização das matrículas: a gente também tem esse entendimento. Se a Terracap pudesse agilizar esse processo, facilitaria muito a vida de todo mundo, inclusive a nossa. Por quê? As pessoas questionam muito a CDU – Concessão de Direito de Uso, que é um documento precário, é um documento administrativo, e a gente sabe que muitas pessoas não têm segurança nesse documento. A Lei 5.803 trouxe muita segurança ao documento, que, apesar de não ser um registro cartorial, já dá direito à transmissão *inter vivos, causa mortis*... A pessoa já pode fazer a alienação. Então, já tira a pessoa de uma situação de meramente ocupante, sem nenhum documento, porque os contratos de arrendamento da zoobotânica não têm mais valor, e a coloca em um mundo legal

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	14

novamente, porque ela passa a ser um concessionário do Poder Público. Não é o ideal, mais é o possível para várias áreas, e traz garantias, sim, com relação à sua ocupação.

Já a CDRU é um registro. A gente entende e concorda que é mais seguro. É o pleito justo de vocês, mas nem todas as áreas são possíveis. Mas, já temos muitas. No Distrito Federal mesmo, temos a Fazenda Várzeas. Já fizemos o acertamento, e já temos lá 24 – salvo engano – áreas prontas para a CDRU. A Terracap já fez de duas fazendas, Barra Alta e Boa Vista. Existem mais de oitenta também aptas para a CDRU.

Estamos avançando com o que é possível. A negociação com os cartórios a gente ainda tem que avançar. E eu não posso ainda dizer exatamente o caminho que estão buscando, porque estamos em entendimento, para não gerar ansiedade. Mas, se acontecer, facilitará muito mais e o acesso à CDRU vai ficar mais tranquilo. Então, a gente espera vencer essa questão.

O aperfeiçoamento de instrumento legal que estabeleça avaliação correta. Esse foi outro ponto bastante debatido durante a elaboração da Lei nº 5.803. Inclusive, o representante do Alô Terra, o Ex-Secretário Agnaldo Lelis participou ativamente disso e nós fizemos vários ensaios. Estou vendo o Giovanni Müller, que também participou, representando o sindicato. E nós chegamos à conclusão de que, realmente, o valor da terra nua seria o justo.

Vimos que existem normas que tratam do assunto, e buscamos o menor, o preço mais justo. Não podemos dizer o menor, mas que seja o mais justo com relação à terra nua, e buscamos essa questão. Agora, se pudermos avançar, estamos abertos. É um pleito nosso também.

A gente entende que quem está, por exemplo, na região do PAD-DF, Rio Preto, as pessoas que vieram aqui no início –, no tempo em que o Cerrado não era nem considerado uma fronteira agrícola ainda, existia muita dúvida com relação ao potencial do Cerrado para a produção de grão, – estão lá trabalhando, e a terra hoje é muito produtiva. A gente sabe que dá trabalho, investimento muito grande, não só de insumos e de recursos, mas também de muito suor.

E podemos buscar alguma questão que melhore as avaliações. Podemos avançar nessa questão.

Os 2 hectares. Eu perguntei aqui, inclusive, enquanto estávamos falando, de onde vêm os 2 hectares. Todo estado, todo o Brasil tem o módulo rural mínimo. No Distrito Federal, são 2 hectares, em outros estados é maior. Segundo o meu Subsecretário Vilmar, está previsto no art. 83, do PDOT. Então, é uma questão que pode ser revista no PDOT com muita cautela, porque os órgãos de controle, principalmente o Ministério Público, ficam de olho nisso, porque pode caracterizar parcelamento. Mas essa é uma questão que faz parte do trabalho de participação popular, da construção da revisão do PDOT, que certamente também passará por esta Casa, onde haverá um fórum amplo de debate.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	15

Acompanhar e fiscalizar o gerenciamento de projetos de interesse do setor produtivo na área rural, incluindo disponibilização de área para instalação de equipamentos públicos, tais como escolas e postos de saúde. Eu não vejo nenhum problema em implantação de equipamentos públicos na área rural; onde foi necessário, foi implantado. Se houver demanda, estamos aqui abertos para receber as demandas. A Secretaria é uma interface da área rural com todo o governo.

Temos buscado também, junto com a Secretaria de Educação, principalmente, a melhoria das estradas. Estamos buscando construir creches na área rural. Somos parceiros para essa demanda que pode ser, talvez, mais facilmente atendida porque não necessita tanto de mudança de legislação.

Acompanhar e fiscalizar a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial. O Secretário Matheus já falou aqui que o PDOT está em início. Eu faço parte, vários Secretários de Governo fazem parte do processo e eu quero pessoalmente participar. Estamos montando uma equipe, porque, se houver algum impedimento, haverá pessoas que vão dar continuidade. Queremos que sejam sempre as mesmas pessoas para sempre acompanharmos para que o PDOT, na sua revisão, respeite o setor rural, a área rural, a macrozona rural, porque, em outros tempos, em 2009, vimos que muitas áreas rurais foram transformadas em urbanas, eu acho que até sem necessidade. Promove-se uma expectativa de crescimento urbano e as questões, que já são tão graves, de parcelamento irregular e de desvio de uso do solo rural se agravam. Então, o governo e nós, sociedade, temos que ter responsabilidade. Contem conosco na defesa do nosso setor rural no PDOT, seremos parceiros de vocês. Tenho certeza de que o Deputado e os demais pares dele aqui na Câmara estarão conosco.

Então, os pontos eram esses, eu ficarei aqui até mais ou menos 16h30min, porque também tenho outro compromisso. Quando tiver que me ausentar, o Dr. Vilmar, que é o Subsecretário de Regularização e que entende muito mais do processo do que eu, vai me substituir, mas até lá estarei aqui para responder as perguntas para tentarmos chegar a um consenso e brigarmos juntos.

Um abraço a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Obrigado, Secretário.

O Secretário Dilson Resende, sempre solícito com nossas causas aqui, sempre trabalhando na Secretaria de Agricultura em prol de todo o Distrito Federal, tem grande experiência nessa pasta.

Farei a leitura de uma mensagem que recebi do Deputado Cláudio Abrantes.

“Eu gostaria de parabenizar o Deputado Hermeto pela realização dessa importante comissão geral para discutir a política de regularização de terras. A questão fundiária está presente no Distrito Federal desde que ela foi instalada no Planalto Central e ainda há muito a avançar.

Dessa forma, é mister que a sociedade e a classe política encarem essa discussão com seriedade, coragem, ousadia e principalmente vontade de resolver.”

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	16

São estas as palavras do Deputado Cláudio Abrantes.

Quero registrar também a presença da Sra. Marcela, representante da CODHAB/DF – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal e do Sr. Giovanni Muller, Presidente do Sindicato Rural do Distrito Federal.

Chamo para fazer uso da palavra, se desejar, o Deputado Chico Vigilante.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – O Deputado gosta de falar depois de ouvir os debates. Não é, Deputado? Está certo.

Chamo para fazer uso da palavra o meu colega Subsecretário de Relações Institucionais, Roberto Nobre.

SR. ROBERTO NOBRE DA SILVA – Boa tarde a todos, senhoras e senhores.

Agradeço ao Sr. Presidente a oportunidade desta audiência, Deputado Hermeto, companheiro, a quem cumprimento, um grande guerreiro na luta dos policiais militares. Eu também sou policial militar e para mim é uma honra, Deputado, fazer parte desta Mesa.

Eu gostaria de dizer que a Secretaria de Relações Institucionais está com V.Exa., está com esta Casa, está com os produtores rurais. Nós estamos aqui para, de qualquer forma, ajudá-los. Cumprimento também o Sr. Secretário de Agricultura, Dilson Resende; o Sr. Secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação, que teve de dar uma saída, Matheus de Oliveira e a Sra. Juliana de Castro Freitas, do IBRAM – Instituto Brasília Ambiental. Incansável esse grupo. Sempre encontramos com eles em todos os lugares. Parabéns, vocês são muito competentes.

Cumprimento também o companheiro da Terracap, Sr. Aramis Cardoso Beltrami; o Sr. Valdir Calisto, da Alô Terra, companheiro; o Sr. Diretor da Associação dos Produtores, Moradores e Trabalhadores Rurais da Cerâmica de Santa Maria, Cristiano Varela, tive a oportunidade de vê-lo em vários locais também, conte conosco. A Secretaria de Relações Institucionais está aqui para trabalhar em conjunto.

Srs. Parlamentares, Deputado Leandro Grass, Deputada Arlete Sampaio, Deputado Martins Machado, Deputado Valdelino Barcelos, Deputado Chico Vigilante, um grande guerreiro também, estamos aqui à disposição.

Produtores rurais, alunos, servidores da casa, amigos e amigas, representantes da Polícia Militar e servidores da Câmara Legislativa, quero dizer que a Secretaria de Relações Institucionais, em nome do Secretário Vitor Paulo, está à disposição para ajudar na causa dos senhores. Contem conosco. Vamos para a frente!

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Obrigado, colega.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	17

Quero ver se o representante da Associação Comunitária do Córrego da Onça, no Park Way, Sr. Marcelo, está por aí. Cadê ele? Levante-se, Marcelo. Vamos dar uma salva de palmas para o Sr. Marcelo, gente. (Palmas.)

Obrigado pela receptividade. O senhor esteve comigo lá, onde tomamos aquele belo café. Estamos trabalhando pelo Córrego da Onça, Marcelo. Muito obrigado.

O Carlos da Flora Nativa está aí? O Carlos é da Candangolândia, é parceiro. Obrigado por você estar aqui, Carlos.

Convido a fazer uso da palavra a Sra. Diretora de Conservação Ambiental, representando o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM, Juliana de Castro Freitas.

SRA. JULIANA DE CASTRO FREITAS – Boa tarde a todos. Obrigada, Deputado, pelo convite. Eu estou aqui representando o Presidente Edson. Agradeço a todos. Cumprimento os membros da Mesa e todos os presentes.

O Ibram, assim como todos os órgãos do GDF que estão envolvidos com a regularização fundiária das terras públicas rurais, tem se colocado como apoio, tem se colocado como grande parceiro nesse trabalho.

O trabalho que foi realizado na criação da Central de Regularização é um movimento que deve ser parabenizado, porque trouxe agilidade e integração entre dois órgãos que são os principais focos para que essa regularização aconteça. O Ibram, de maneira formal e informal, tem auxiliado como pode. Eu atendo a ligações do Vilmar, do Aramis. A gente corre e faz o que pode, na informalidade mesmo, porque o foco é trazer seguridade para essas terras públicas, para essas terras rurais. O Ibram entende que o meio ambiente está sendo preservado por vocês. (Palmas.)

O Cadastro Ambiental Rural, eu sei que tem sido um susto para muita gente no início, mas ele tem trazido um reflexo, um retrato. Não é desmatamento o que está acontecendo em sua maior parte. O produtor rural que se preocupa e que vive da terra se preocupa com sua água, com sua nascente, com a área de preservação permanente. Ele se preocupa em preservar para se manter naquela terra. O Cadastro Ambiental Rural está refletindo isso. A gente está combatendo exatamente quem não reflete isso.

Trazer essa seguridade, trazer essa aproximação do Ibram com a área a rural é o que vai proporcionar essa preservação ambiental e a recuperação para os casos em que tiver de ser feita. Dentro dessa linha, o Ibram ultimamente tem feito uma série de melhorias tanto na legislação como nos procedimentos dentro do Ibram, no licenciamento ambiental e também no Cadastro Ambiental Rural, para que os processos sejam facilitados e deem apoio a quem está na ponta, a quem está lá cuidando daquela nascente, a quem está lá cuidando daquele córrego. É isso o que importa para o Ibram hoje.

Então, de forma geral, o Presidente Edson e o Secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal, Sarney Filho, estão apoiando, estão juntos nessa causa, trazendo

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	18

maior facilidade possível para que a regularização dessas terras públicas aconteça, sempre focando que o Ibram hoje está se colocando no seu lugar e se preocupando com o meio ambiente.

O Código Florestal permitiu que essa separação fundiária e meio ambiente aconteça. Essas facilidades estão sendo permitidas a partir dessa separação. Eu relato aqui esse extrato que o Cadastro Ambiental Rural tem trazido: a preservação tem acontecido. No cadastro está sendo dito: aquela nascente é minha, daquela nascente sou eu que quero cuidar. Se eu não consigo cuidar, como vocês podem me ajudar a cuidar? Aí está a Secretaria de Agricultura, está a Emater. Está o Ibram aqui, para tentar essa aproximação, tirar essa imagem de que o Ibram é sempre o órgão fiscalizador. O Ibram quer estar junto com o produtor rural para auxiliá-lo.

Também nos colocamos à disposição para responder perguntas, e estamos à disposição para recebê-los no que for necessário e para auxiliar que esse processo aconteça com mais facilidade. Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Obrigado, Juliana.

Farei a leitura da justificativa do Deputado Eduardo Pedrosa.

“Sr. Deputado Hermeto, na qualidade de Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, tendo em vista a importância da presente temática para esta comissão, desejo sucesso na realização dessa comissão geral sobre Política de Regularização de Terras Públicas Rurais no Distrito Federal. Espero que os objetivos ligados ao evento sejam alcançados e que os processos de regularização dessas áreas voltem a tramitar nos órgãos do Distrito Federal para tranquilizar milhares de famílias que podem ser beneficiadas com a conclusão dos procedimentos. A comissão está à disposição para auxiliar em tudo que se refira a esse tema.

Agradeço o convite, mas infelizmente não poderei comparecer em razão de compromisso assumido anteriormente. Certo da compreensão de V.Exa, atenciosamente, Deputado Eduardo Pedrosa.”

Registro a presença do Sr. Luciano Mendes, Secretário Adjunto de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – SEAGRI/DF. Uma salva de palmas para ele. (Palmas.)

Registro a presença da Sra. Hélvia Paranaguá, Subsecretária de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário – SAF/SEAGRI/DF. (Palmas.)

Concedo a palavra ao Gerente de Regularização de Imóveis Rurais, da Terracap, Sr. Aramis Cardoso Beltrami.

SR. ARAMIS CARDOSO BELTRAMI – Boa tarde a todas e a todos. Na pessoa do Deputado Hermeto, eu cumprimento todos os outros membros da Mesa e os diversos colegas de tanto tempo de batalha.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	19

A partir do momento em que se iniciou esse novo governo, a determinação do Governador Ibaneis é: resolva, desate os nós. Então, essa tem sido a nossa empreitada. A demonstração disso já se deu logo com a criação da Central de Regularização, citada pelo Dilson. O que a gente verifica, como o Secretário Matheus já colocou, é que existe sim um problema, ainda que não seja só nosso. Esse é nosso.

A Deputada Arlete Sampaio levantava a questão de toda essa malha fundiária do Distrito Federal, qual seja: áreas de propriedade da Terracap, áreas da União, áreas de particulares, áreas do Distrito Federal, bem como essas áreas cujo processo de regularização fundiária ou de desapropriação não chegou ao final. Então a gente pega esse primeiro item, da conclusão pela Terracap do processo da ação demarcatória.

Saibamos que não é uma ação demarcatória, não é um conjunto. São ações para cada situação de fazendas desapropriadas em comum, que estão em determinado estágio. Cada uma delas está sendo tratada. Um dos procedimentos adotados a partir do semestre que vem na nossa diretoria já é a intenção de a gente tratar exatamente a possibilidade de acordos para as áreas desapropriadas em comum. Saibam que essa ação já vai começar a partir do semestre que vem.

Quanto a fixar prazo para que a Terracap promova a individualização das matrículas, o que a gente tem é que obviamente aqui em Brasília há bastante tempo vem-se trabalhando com a prioridade do urbano, da moradia para as pessoas, da condição dessa regularização. Com o devido tempo, agora a gente está conseguindo fazer os assentamentos fundiários. São atividades complexas, que vão desde a análise da cadeia dominial daquele imóvel, as confrontações, a elaboração do CAR – Cadastro Ambiental Rural, a elaboração de um parcelamento das chácaras, para aí, sim, conseguirmos chegar aos cartórios e cada uma dessas ocupações terem a sua matrícula.

A gente conseguiu, como o Secretário já citou, que a Fazenda Boa Vista, em Barra Alta, que são áreas que vão desde 2 hectares até áreas bem mais vultosas, próximas de 800 hectares... Temos cem dessas áreas já passíveis de serem contempladas com a celebração das CDRU, as Escrituras de Concessão de Direito Real de Uso. Estamos vindo agora com a Fazenda Sítio Novo, a Santo Antônio dos Guimarães e a Cava. Estamos trabalhando nesses assentamentos fundiários.

Com o concurso que a Terracap realizou há pouco tempo, ingressaram então engenheiros agrimensores e cartógrafos, que também estão se ocupando das áreas rurais, e não somente das áreas urbanas. Claro que estamos traçando alternativas também com relação à necessidade de todo esse assentamento fundiário. Um dos trabalhos foi esse, junto com a Corregedoria do TJDF.

Quanto à ideia de conferir celeridade e transparência aos processos administrativos, só quero fazer a ressalva aqui, ainda com referência ao item 2, que a gente consegue hoje – o requerente, o interessado no processo – solicitar acesso ao SEI, e ele acompanha cada ato a cada momento. Então isso aqui é uma coisa que vocês poderão solicitar junto à Secretaria ou à Terracap.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	20

Quanto ao item 3, tratar do aperfeiçoamento do instrumento legal que estabeleça avaliação correta dos bens, o que a gente tem é que tudo que vem seguindo, como o Secretário Dilson colocou, é o que foi estabelecido, o que foi pactuado entre todos os atores. E segue uma norma da NBR, que leva em consideração o solo, a distância da chácara até o centro mais próximo, o perfil agrônômico, enfim, tudo disciplinado no art. 11 da Lei nº 5.803, de 2017, e debatido amplamente nesta Casa Legislativa pelos que nos antecederam e por alguns de nós.

Além disso, o que nós conseguimos ver dessa recorrente dificuldade de visualização do preço, no que isso impacta, é que, nesse art. 11, temos que, para a alienação das terras, será realizada uma avaliação pela Terracap. Hoje a gente tem que... As avaliações da Terracap estão – quase todas elas, em torno de 90% – abaixo da tabela do Incra, que é a base do art. 11. Então, enquanto a tabela do Incra hoje – reajustada, corrigida monetariamente – vai registrar 17 mil reais o hectare, a maioria das avaliações da Terracap está abaixo disso. E o que a gente tem é isto. Para fins de alienação, utiliza-se esse valor, só quando tiver a matrícula individualizada.

Para a cobrança da retribuição anual da CDU, a base é a tabela do Incra. Então a gente teria condição de trabalhar aqui na Casa – por meio da CAF, etc. –, ou por uma mudança na lei ou por uma intervenção na planilha do Incra. Então é só uma proposição para trabalharmos.

No item 4 – analisar a viabilidade legal para inclusão na Lei nº 5.803/2017, da regularização das áreas menores que 2 hectares, assim como a de acompanhamento do PDOT, eu acredito plenamente que a CAF é um dos melhores foros para debatermos isso. E a Terracap já se coloca sempre à disposição, como sempre esteve, para que possamos trabalhar a viabilidade de fazer tudo isso aqui, tanto para a alteração da Lei nº 803/2009, do PDOT, quanto da Lei nº 5.803/2017.

Fechando aqui um pouquinho os resultados, só para demonstrar que, em pouco tempo, a gente já obteve alguns avanços, até este ano, desde toda a história do Distrito Federal até o ano de 2018, foram firmadas 23 escrituras de CDRU. Nesses 120 dias de governo, a gente já conseguiu enviar 40 para o cartório. São pequenos avanços, são pequenas batalhas, mas é para não retroceder. A nossa ideia é avançar um degrau e continuar sempre avançando. Esses já se encontram no cartório, as outras já estão a caminho. A Secretaria de Agricultura também está dando celeridade nesses processos. Então as coisas estão acontecendo.

Alternativamente, com a Anoreg lá na Corregedoria do TJDFT, a gente já estava tentando viabilizar, facilitar a emissão das CDRUs, porque há o Provimento nº 2, da Corregedoria, que não nos possibilita a fração ideal de destacar um pedaço de determinada matrícula originária. Então a gente está em uma conversação, para que isso evolua também.

Além disso, a Central de Regularização, que vem trabalhando todos esses temas, onde têm assento Seduh, Ibram, Terracap, coordenados pela Seagri – e que a gente consegue ver até outros membros que podem ser convidados, como a Federação

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	21

da Agricultura, entre outros –, entregou o parque da Granja do Torto, o que já é realidade. A gente agora já está com a aprovação dos contratos específicos para as áreas urbanas com características rurais e da transferência intervivos, que em breve deve sair. Então estamos desatando esses nós.

Além disso, estamos com um projeto que autuamos, um processo SEI, justamente sobre regularização de escolas. A gente pegou no GeoPortal as escolas rurais de propriedade da Terracap do DF. Estamos dando os devidos encaminhamentos para, de uma forma geral, conseguir aprovar a cessão de todas as que estejam de alguma forma irregular, de maneira que essas escolas possam receber investimentos, e possamos ter uma tranquilidade para agir.

Além disso, temos os PRATs – Programas de Assentamento de Trabalhadores Rurais. Enquanto o CPA – Conselho de Política de Assentamentos nos demanda a disponibilização de áreas, estamos sempre disponíveis, como já estivemos no passado, e também vamos trabalhar para o aperfeiçoamento desse sistema no que for possível.

Há alguns outros aqui, só para elucidar – muitos dos senhores já participaram disso –, como, por exemplo, a suspensão de reintegrações de posse, de ações reivindicatórias movidas pela Terracap no passado. Observando-se que o ocupante preenche os requisitos da Lei nº 5.803/2017, temos que tentar, de alguma forma, fazer o arquivamento provisório desse processo enquanto finda a análise da regularização, de forma a não penalizarmos alguém que faz jus à regularização. Então isso tem sido outra batalha lá.

Há a nossa ideia de abrir para a sociedade civil como um todo, e a CAF pode ser um foro para debatermos quais as próximas fazendas a serem acertadas pela Terracap. Nós temos uma listagem – que a nossa gerência de topografia elaborou – de quais poderiam ser as próximas, e vamos disponibilizar que vocês opinem sobre isso, de toda essa forma mais legítima possível.

Fechando, eu queria dizer para vocês que eu sou filho de agricultor, sou engenheiro agrônomo, sou advogado da Secretaria de Agricultura – estou cedido para a Terracap há cinco anos – e sou filho de professora também. Cheguei aqui em 1979. Sei de todas essas dificuldades. Meu pai enfartou três vezes por causa disso. A gente batalhava, na época, pelo que a gente chamava de titularização ou titulação.

Eu tenho plena certeza de que, além da segurança jurídica que toda a regularização traz e do desenvolvimento econômico, além da sustentabilidade ambiental, como já foi citado pela colega do Ibram, a gente trata muito aqui de justiça social – pessoas que fazem jus a ocuparem as terras públicas em que estão.

Eu só queria aqui... Como eu fiquei bem na frente da Palavra, eu não tenho como não citar. Se dermos uma olhada no Salmo 118, veremos: “A pedra que os construtores rejeitaram, essa veio ser a principal pedra angular”.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Obrigado, Aramis Cardoso.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	22

Concedo a palavra ao senhor Valdir Calisto, Presidente da Associação dos Legítimos Ocupantes de Terras Públicas Rurais do Distrito Federal.

SR. VALDIR CALISTO – Boa tarde a todos. Agradeço novamente ao Deputado Hermeto a oportunidade, porque quem está do outro lado dos interesses do Estado sempre fica fora da discussão. É colocado lá embaixo. O Deputado Hermeto chamou a Alô Terra. Pela primeira vez, a Alô Terra participa de uma mesa de discussão sobre a regularização fundiária.

Nós temos uma associação – eu hoje sou o Presidente da Associação dos Legítimos Ocupantes de Terras Públicas Rurais do Distrito Federal. Todos nós somos ocupantes de terras, de forma mansa, pacífica e de boa-fé. A boa-fé é ingênua e inocente. Ela vive esperando que alguém faça as coisas por ela. Só que, ao contrário, a má fé é burra. A má fé já nasceu burra.

Essa lei 5.803 que o Rollemberg fez é a lei mais burra que já existiu no Distrito Federal para a questão fundiária e foi trabalhada – e tenho que citar o nosso Secretário Dilson Rezende, que foi um dos que mais se empenhou em aprovar essa lei, ele, o Nilton Guimarães trabalharam muito para aprovar isso aí –, é o maior retrocesso, porque, em 1957, nossos contratos eram melhores do que isso. Nós pegávamos um dinheiro emprestado no Banco do Brasil para investimento. O BRB nem existia. Então, querer remendar igual está pedindo ali a APROSANTA – Associação dos Produtores, Moradores e Trabalhadores Rurais da Cerâmica Santa Maria –, querer remendar o que não presta, não vai dar em nada. Só vai piorar.

Nosso caminho – e é o caminho do Brasil inteiro – é a 13.465. Não há outra saída. O caminho da regularização fundiária é a 13.465. Poucas pessoas a conhecem como deveriam conhecer, porque o interesse é outro. Mas vai ver o que ela fez lá no Código de Processo Civil. Qual é a melhor forma hoje de regularização fundiária, Deputado? É o usucapião administrativo, extrajudicial. O que vale é a posse e está lá no Código de Processo Civil. O que vale é a posse. Se o dono aparecer e possuir documento hábil, ele que entre com uma ação contra aquela pessoa - e nem pode ser através de liminar. Ele tem que ir ao Judiciário para tirar a pessoa daquela terra. Mas ela vai fazer o mapeamento da terra dela, vai levá-lo ao cartório, que vai abrir uma matrícula. Não precisa nem a anuência do confrontante. Nem a anuência do confrontante precisa mais. Agora, aquele que mentir vai pagar por isso. A lei está aí para isso. A Justiça está aí para isso.

Esse é o nosso caminho. Se serve para o Brasil, porque não serve para Brasília? Não faz sentido.

Um problema que ainda tem que ser resolvido e é muito difícil, muito sério, é o problema da Terracap, porque hoje, quando você chega ao cartório e pede um reconhecimento de posse, o cartório diz assim: “Não, essa terra é terra pública”. Aí você pega uma certidão de ônus do cartório não tem lá se a Terracap é dona da terra e o cara do cartório fala para você assim: “Não, mas é pública. Ponto acabou. Não vou fazer o reconhecimento da sua posse”.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	23

O que a gente fez? Mandamos fazer a perícia. Estudo fundiário da fazenda onde nós ocupamos. Juntamos um grupo e fizemos a perícia. E tem mais grupos fazendo perícia também. O que acontece? Deputado, infelizmente, eu tenho que dizer isso para o senhor. Eu não gostaria, não é contra a sua pessoa, de forma alguma.

Em 1991, iniciou-se o processo de regularização fundiária em Brasília. Em 1992/1994, a Novacap, que já havia transferido, em 1972, todo o patrimônio dela para a Terracap, vinte anos depois, em 1992, apareceu a Novacap, novamente, transferindo patrimônio para a Terracap. Matrículas forjadas no Cartório do 3º Ofício de Taguatinga, 1992/1994. Quem governava era o seu partido MDB. Era quem mandava nos cartórios e em tudo, naquela época. Passado isso, 1992, marque o tempo: 1992/1994. Em 1995, fizeram, e Rollemberg se vangloriou muito disso, a CPI da Grilagem. A CPI da Grilagem foi feita para grilar os documentos do grileiro! Existem as matrículas que o Pr. Duarte havia forjado lá no Estado de Goiás. Pegaram essas matrículas desse meliante lá na CPI – ele até foi preso, já faleceu, coitado –, porque ele fez falcatura, e as botaram dentro da Terracap. A Terracap ficou com terra em comum em todo o canto. Em todo o Distrito Federal, aonde você chega, a Terracap está com terra em comum, você não resolve nada, porque essa empresa o está atrapalhando, e atrapalhará até a lei federal se ela for recepcionada pelo Governador Ibaneis.

É preciso tirar essas matrículas sujas, as limpar da Terracap! Vamos fazer o seguinte, Deputado Hermeto, vamos respeitar as matrículas da Terracap que façam parte do balanço patrimonial dela, porque, essas matrículas forjadas, ela não pôde colocá-las no balanço patrimonial dela. Se ela as colocar, é fraude contábil. Então, vamos respeitar as matrículas que constam do balanço patrimonial da Terracap, nós as respeitamos. Está no cartório, está no balanço patrimonial; não está no balanço patrimonial, fora, deixa o usucapião administrativo resolver o problema. Esse é um caminho decente, justo; decente e justo. Nós podemos preparar isso e trazer para o senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – O senhor pode trazer isso, que eu encaminho e coloco lá. Pode contar com o meu apoio em relação a isso.

SR. VALDIR CALISTO – Só para completar rapidamente. Sinto muito o que tem ocorrido com a EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal, que sempre foi uma empresa de extensão rural, uma empresa honrada, respeitada por todos nós. Pegaram a Emater, o Rollemberg e o Joe Valle, em 2009, e a botaram dentro da Secretaria de Agricultura, levaram as maiores inteligências da Emater para resolver a questão fundiária. Está lá essa porcaria até hoje sem resolver. Tira a Emater desse negócio, ela é extensão rural, estão botando os funcionários dela em risco, Deputado, porque essa CDU tira o direito de propriedade do coitado que é primitivo - antes de o Distrito Federal existir, ele é posseiro. No dia em que ele descobrir que a Emater, que aquele funcionário da Emater o fez perder a terra para a Terracap, o desastre vai estar feito, vai ter morte, nós não conhecemos essas pessoas. Eu só estou vendo o risco que estão correndo.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	24

Eu defendo a Emater, quero que ela continue, apesar de ser muito cara ainda, quero que continue. Agora, como regularizadora fundiária foi o maior fracasso, sinto muito.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Obrigado, Sr. Valdir Calisto. Faça isso aí que vou encaminhar...

Concedo a palavra ao Sr. Cristiano Varela, diretor da Associação dos Produtores, Moradores e Trabalhadores Rurais da Cerâmica Santa Maria – APROSANTA. (Palmas.) Há um fã-clubes aí, Cristiano.

SR. CRISTIANO VARELA – Boa tarde a todos e a todas. Primeiramente saúdo a Mesa na pessoa do Deputado Hermeto. Quando procuramos o Presidente desta Casa, Deputado Rafael Prudente, ele ligou para o Deputado Hermeto, que nos atendeu prontamente para essa discussão. É uma discussão que merece a atenção de V.Exas., Deputado, porque mexe com o sonho de cada um. Cada um aqui tem o sonho de ter o documento de sua terra e a sua terra para plantar.

Eu queria também agradecer a presença do nosso Secretário de Agricultura, Dilson Resende de Almeida. Na pessoa do Dilson, saúdo o nosso Subsecretário de Regularização Fundiária, Dr. Vilmar. Saúdo o nosso amigo Aramis Beltrami, da Terracap, amigo porque ele atende prontamente a todas as aflições que o movimento tem. Se ele não consegue resolver, ele dá os encaminhamentos. Quero agradecer à amiga do Ibram, uma peça fundamental para todos nós produtores.

Não posso falar ainda, mas vai haver novidades para a área rural, para que a gente possa sair um pouco do imbróglio. Hoje, um dos maiores defensores do meio ambiente é o produtor porque sabe da necessidade da água. Eu queria agradecer a todos os Deputados que aqui passaram, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputada Arlete Sampaio, Deputado Leandro Grass, Deputado Martins Machado, Deputado Chico Vigilante e Deputado Valdelino Barcelos.

Com qual intuito a gente veio a esta Casa para poder chamar ao socorro do campo? Porque hoje não temos uma segurança jurídica.

Nós encaminhamos um documento a todos os gabinetes desta Casa e faço questão, Deputado, de poder ler este manifesto da Associação dos Produtores Rurais da Cerâmica Santa Maria – APROSANTA.

“Excelentíssimos Srs. Deputados e Deputadas, vem respeitosamente à presença de Vossas Senhorias a Aprosanta-DF, em nome de todos os produtores rurais do Distrito Federal, solicitar a modificação do entendimento da regularização fundiária, visto que o mesmo ora aplicado, conforme consta no art. 7º da Lei nº 5.803, de 2017, encontra-se em desacordo com o entendimento aplicado na Lei Federal nº 13.465, de 2017, que dispõe no art. 18.

Salienta-se que o entendimento da lei distrital se encontra conflitante com a Lei Federal nº 13.465, de 2017, que não ampara o produtor que necessita da

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	25

regularização da sua terra e o tão sonhado documento, para assim descansar e produzir de forma legítima e segura. Conta-se, então, com a ajuda dos nobres Deputados para uma regularização de fato e de direito.

Para se beneficiar da regularização prevista nesta lei – isso nos dias de hoje –, o ocupante de terra pública rural deve iniciar o procedimento administrativo junto à SEAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, a fim de comprovar os seguintes requisitos: ocupação efetivada anteriormente a 5 de dezembro de 2008, por si, e 27 de agosto de 2004, por sucessão.

O fato de que esses marcos temporais não contemplam os produtores que, por sua vez, não tiveram amparo legal do governo para obtenção das devidas comprovações, haja vista mesmo produzindo sem os devidos amparos do Estado, com o mínimo de apoio dos requisitos básicos de energia ou água para uma vida digna.

Para demonstrar que o que esperamos desse novo governo é a vontade de fazer, foi criado um comitê de regularização entre a Seagri, Terracap e SEDUH – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, para trabalhar em conjunto para a regularização das áreas rurais. Podemos até observar boa vontade, mas, se não houver amparo legal ou uma legislação que dê a devida segurança jurídica, serão impedidos pela burocracia como nos dias de hoje. Cerca de 30% a 35% dos processos que se encontram em análise na Seagri permanecem sem conclusão, pois os analistas não encontram segurança jurídica para deferimento dos mesmos. Assim, os produtores rurais se encontram, mais uma vez, esquecidos.

O avanço da Lei Federal nº 13.465, de 2017, trouxe um marco na história, sendo um dos grandes instrumentos a serem utilizados na regularização de áreas rurais do território nacional - e vem sendo utilizado por outros governos. Precisamos que seja revisada a Lei nº 5.803, de 2017, no sentido de proteger o produtor que está na sua terra há mais de cinco ou nove anos, e a sua realidade nos dias de hoje é produzir sem uma segurança jurídica ou, ao que parece, nós, produtores, somos lembrados diariamente em suas residências com as nossas produções - como as hortaliças, leite, carne e outros derivados - que saem do campo aqui do Distrito Federal, sem acesso a nada, uma vez que não temos sequer um documento que possibilite incentivos governamentais às nossas produções que o governo libera todos os anos, através do Banco de Brasília, em apoio ao produtor – um programa muito lindo para a mídia, mas os nossos produtores ainda não fomos alcançados.

Neste momento, solicitamos, com muita atenção de V.Exas., que seja apreciado por esta Casa o grito que vem do campo.

Dos pedidos: que sejam revistos os marcos temporais da Lei nº 5.803, seu art. 7º, inciso II, que passaria para a seguinte redação: os ocupantes efetivos anteriores aos últimos cinco anos de ocupação entrarão em vigor na data da publicação da lei; o marco de 5 de dezembro de 2016 por sucessão.

Para as terras desapropriadas em comum...”

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	26

Existe hoje, em regime condominial... a Terracap é proprietária de um quinhão e nunca se resolve por falta de acordo, como bem lembrado pelo nosso amigo Aramis.

As terras desapropriadas em comum: seja feito através de acordo. Caso não haja o acordo, a Terracap poderá tomar posse mediante interesse do Distrito Federal para aplicação de políticas públicas de interesse social nas áreas de interesse social rural." (*sic*)

Então, isso aqui foi um manifesto que nós fizemos, escutando diversos amigos, diversos companheiros, diversos produtores, diversos assentados, diversos esquecidos pelo Estado.

Eu queria lembrar que nós fomos nessa caminhada de mais de sessenta dias e nessa caminhada nós encontramos amigos. E eu queria lembrar que nós estivemos num acampamento que hoje é o Tiradentes. (Palmas.) São pessoas humildes, produtores humildes, Deputados.

Deputado Hermeto, eu queria fazer um convite para que V.Exa. possa ir lá ver o tamanhinho da terra que cederam para eles e a produção que eles fazem naquilo que deram. Imagine o senhor se cada produtor desse tivesse 2 ou 3 hectares para produzir. Brasília, hoje, tenho certeza absoluta, seria um referencial.

Quero saudar os nossos amigos da Cerâmica Santa Maria, produtores, hoje, com quem vivemos uma história de dificuldade, por passarmos por... Todos os dias a gente mata um leão lá, não é, gente?

Estamos num imbróglio jurídico, mas, graças ao Aramis – foi lembrado aqui –, a Terracap tem feito jus e tem nos defendido... Não defendido, mas mostrado a realidade de cada produtor rural.

Aí eu venho, gente, depois de tudo, fazer uma reflexão, Deputado. Existe hoje uma lei, existem hoje alguns programas de governo vindos do passado – eu tenho certeza de que esses programas vão ser revistos – que tiram o produtor que está ali há cinco, há nove, há dez anos, produzindo naquela terra, e não dão segurança para que, amanhã, ele possa acordar com o documento na mão. Pode ser que outra pessoa possa ocupar a terra dele através dos programas que o governo hoje tem.

Tenho certeza absoluta de que, com o apoio desta Casa, com o apoio dos nobres Deputados que aqui, hoje... E nós fizemos questão de passar de gabinete em gabinete e demonstrar a importância da mudança da lei para que os produtores, os assentados, todos que querem uma área rural de verdade e de direito regularizada. Esses Deputados falaram que a gente pode contar com todos eles.

Eu acredito e eu queria, Deputado Hermeto, sair daqui com a minuta ou não sei como é o nome que se dá nesta Casa, mas é uma sugestão de projeto de lei para o Executivo para que encaminhe o mais rápido e urgente para esta Casa as mudanças desses marcos temporais, a questão das terras desapropriadas em comum da Terracap, para que o amanhã desse povo possa ser diferente, e para que todos nós

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	27

saiamos do grito do campo para uma realidade de produção em grande escala para o Distrito Federal.

Essas são as minhas palavras. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Obrigado, Cristiano, pelas palavras.

Senhoras e senhores, vou abrir o uso da palavra agora, mas quero pedir, encarecidamente, porque há treze inscritos, que a gente utilize os três minutos de cada um. Pode ser? Vamos fazer esse pacto aqui de confiança? Três minutos? Senão nós vamos adentrar horas e horas. Eu sempre penso o seguinte: qualquer reunião, qualquer encontro, se demorar muito, se se estender muito, não será tão objetivo, tão eficiente. Está certo? Vamos ser objetivos?

Concedo a palavra ao Sr. Carlos José Moreira, presidente da Associação dos Moradores de Chácaras da Candangolândia, da minha querida Candangolândia!

SR. CARLOS JOSÉ MOREIRA – Boa tarde a todos. Boa tarde às autoridades. A nossa reclamação é bem antiga. O nosso setor é da Candangolândia, de 1964, então já tem mais de cinquenta anos de assentamento e de sofrimento, muita pressão. Pessoas idosas já faleceram lá devido às reintegrações de posses. Lá são 28 chácaras, onde havia 28 processos. Desses 28 processos, 3 ainda estão na rua para cumprir sentença a qualquer momento e 25 estão arquivados. Não sei por que esses três ainda não foram arquivados, mas a perseguição é muito grande.

São mais de cinquenta anos sofrendo. A gente está no PDOT desde 1999, 2009, e há mais de trinta anos de governo, sempre prometem que vão dar concessões, que vão fazer isso, que vão fazer aquilo, e nunca isso acontece. No início do governo, falam “vamos fazer”; e chega o finalzinho do governo, “vamos dar a concessão”. Começa o governo, zera tudo e começam as perseguições, e começam os oficiais de justiça em cima, é isso e é aquilo.

Então, estou acreditando muito – ouviu, Hermeto? - que a gente venha a achar uma solução para essas pessoas que estão sofrendo ali há muito tempo. São mais de cinquenta anos nessa luta. Falam que existe uma poligonal, porque a gente está dentro de ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico. Então existe uma poligonal que o Ibram está alegando - e dizem que a gente está no PDOT e que há condicionantes para a gente ficar lá - que é passível de regularização, desde que obedeçamos às condicionantes, mas quais são essas condicionantes de que o Ibram nunca falou e ninguém nunca falou?

Então, precisam achar uma solução para a gente. É muito sofrimento. Ninguém aguenta mais. Várias pessoas idosas já faleceram ali. Recentemente faleceu uma senhora lá devido à pressão de pessoas indo tentar fazer reintegração de posse, passou mal, faleceu, então tem que achar uma solução e não trazer mais esses contrastes de perseguição em cima da população.

Eu sou produtor rural, gero dezenas de empregos, então não é fácil. A gente mata todo dia um leão para poder honrar os compromissos, ainda mais nessa área de

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	28

agricultura. Então não é fácil, gente, vocês têm que entender que todo mundo precisa se alimentar. E, se vocês não abrirem espaço para a legalização do produtor rural, não é justo que ele fique produzindo para as pessoas. É a mesma coisa que você ter um patrão, alimentar esse patrão e depois... (Falha na gravação.)

Concluindo, a gente conta com o apoio de vocês. Muitas pessoas aqui conhecem a nossa situação, como o Fábio. Todo mundo aqui conhece a nossa situação, e precisamos dessa solução, Deputado Hermeto.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Eu conheço bem a situação lá da Candangolândia. Vou abrir um parêntese aqui. Ela está na faixa de domínio do DER e metade no zoológico. Eu queria saber e entender por que suspenderam a reintegração de posse das outras chácaras e só deixaram essas três. Carlos, eu me comprometo com você, na semana que vem, em irmos até o Leal, lá na Terracap, para entendermos por que para os outros suspenderam a reintegração de posse e para essas três chácaras na Candangolândia, há um verdadeiro tormento.

Como um cara, um cidadão dorme à noite com a derrubada, sem saber se irá reintegrar, que não sei o quê? Eu quero entender por que foram as outras chácaras e não aquelas três? Então, suspende, até resolver a questão da poligonal, para dar um pouco de sossego para essas três chácaras lá. Eu vou lá para resolver isso. Não é possível! O pau que bate no Chico tem de bater no Francisco. Eu quero saber quem fez esse negócio de suspender uma e não a outra. Mexeram alguma coisa nisso aí. (Palmas.)

Concedo a palavra ao Sr. Claudionor, Coordenador do Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural. (Pausa)

Concedo a palavra à Sra. Luciana Souza Barros, de Tiradentes, São Sebastião, por três minutos.

SRA. LUCIANA SOUZA BARROS – Boa tarde a todos. Agradeço por essa rica oportunidade de estar aqui. É a primeira vez, e a gente fica até encabulada. Eu sou a Luciana, moradora do acampamento Tiradentes. Agradeço ao Deputado Hermeto e a toda essa comissão por ter acreditado na nossa luta, principalmente à Aprosanta. Somos pessoas carentes e mais do que sonhadoras, construímos um espaço ecológico onde a proteção das árvores e das águas tem acontecido. Uma comunidade cansada de ser enganada e usada como massa para outros.

Moramos ali já há nove anos, temos 110 famílias carentes que vivem numa área minúscula e imprensada pelos grileiros que têm suas terras, mas não produzem nada, é mato puro. E nós, em nossos pequenos espaços, temos árvores frutíferas, temos nossos canteiros, temos nossas ervas medicinais, estamos até vendendo nossas ervas para os condomínios. Tem um condomínio chamado Amobb, onde vendemos nossos produtos. Todos os sábados temos a feira.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	29

A gente ficou em uma situação em que não sabíamos para onde ir. Não tinha resposta da Terracap, não tinha resposta da Secretaria de Agricultura. A única coisa que tinha era nos desagrupar. Não existe. Nós ficamos desesperados até a Aprosanta nos apoiar e nos ajudar nessa batalha. Eu venho aqui, encarecidamente, com todo esse povo, pedir a ajuda de vocês. Somos pessoas e não aguentamos mais. Temos os nossos filhos pequenos, os nossos jovens e os nossos adolescentes sofrendo naquele lugar sem terem uma oportunidade de ter dignidade.

Produzir é o nosso sonho e queremos realizá-lo.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Essas terras são da Terracap, né? Luciana, junto com o Carlos, iremos à Terracap para ver a situação que está lá. Eu não sou de conversa, não. Eu vou junto mesmo. Já fui lá umas dez vezes. Eu não sou de conversa. Estou aqui presidindo, quero resultado. A gente não vai ficar aqui por quatro, cinco horas debatendo, eu aparecendo para vocês aqui para depois sumir. Não vai acontecer isso, não. Está bom? (Palmas.)

Concedo a palavra à Sra. Geralda, do assentamento Fascinação Ponte Alta, por três minutos. A Geralda já veio vestida à caráter.

SRA. MARIA GERALDA RODRIGUES DA SILVA – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o Deputado Hermeto pela grande iniciativa, os demais componentes da Mesa, o pessoal de governo que se faz presente e, em especial, os produtores rurais. Muitos já cansaram e já foram embora, mas tem gente ali firme e forte. É vida que segue, não é, galera!

Eu quero aqui deixar registrada a importância dessa regularização no Distrito Federal. A gente tem gritado muito pela reforma agrária já. Devido ao desemprego que temos hoje em nosso País – vou falar de Brasília, onde nós residimos –, muitos fogem para o campo, porque é de lá que estão tirando o sustento. É da agricultura familiar que está vindo o grande sustento para muitos dos que estão aqui.

Então, a gente tem vivido um desrespeito, um descaso de governo tão grande com esses movimentos sociais. O movimento tem que ser mais ouvido. Tem que haver mais respeito com os movimentos, porque são várias famílias unidas em prol dessa luta tão boa que é a reforma agrária.

Hoje eu estou na Ponte Alta, Gama-DF, Fazenda União. É uma área da Terracap. Nós estamos ali há seis anos. Já fizeram decreto, já derrubaram o decreto, vai governo, vem governo e não se resolve nada. Agora, lá nós ocupamos um lote. Nós não estamos cada um na sua parcela. Estamos cada um em um lote. Eu sou uma produtora. Hoje eu tive que me virar como mulher da cidade e do campo. Eu tenho que me virar no campo e tenho que me virar na cidade. Então, hoje eu sou uma mulher campo e cidade. E muitas aqui são mulheres campo e cidade, porque a luta da mulher é gigante. A mulher tem que se virar de qualquer maneira. Nós somos mulheres de

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	30

coragem. A gente não tem medo de plantar, de pegar na enxada. A gente topa tudo. As dificuldades que vêm, a gente aceita.

Quero deixar aqui os meus agradecimentos aos Deputados que já passaram. E aos que não passaram por essa audiência, eu quero deixar o convite aqui para que eles venham abraçar essa causa, porque nós temos que ter a reforma agrária em Brasília legalizada. E a gente está acreditando aqui no senhor, nesta comissão, para que a gente venha a sair disso com vitória, não é Cris? Um grande abraço a vocês.

Aproveitando a oportunidade, eu estou numa outra causa muito grande. Envolve a Terracap e a Secretaria. Já levei até ao Dr. Vilmar o problema. Nós tínhamos um clube da Asefe, numa área rural gigante na Samambaia. A Asefe foi extinta. Nós estamos fazendo um pedido de resgate dessa área do clube da Asefe para atender à comunidade de Samambaia. Ela é uma cidade gigante e nós não temos uma área de lazer para aquela comunidade. Conversando hoje na administração, nós ficamos sabendo que a área da Asefe está sob intervenção. Então, eu quero deixar aqui registrado meu apelo para que esta Casa traga essa interventora na audiência pública novamente para a gente poder estar discutindo a Asefe.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Anota isso aí. Obrigado, Geralda.

Vou ler a mensagem do Deputado Roosevelt Vilela.

“Excelentíssimo Deputado Hermeto, prezados senhores e senhoras, eu quero parabenizar a iniciativa desta comissão geral, que debate a política de regularização de terras, tema de grande importância para o Distrito Federal.

Hoje pela manhã lançamos a Frente Parlamentar da Agricultura, Pecuária e Hortifrutigranjeiros que tem por objetivo fortalecer e buscar melhorias para a nossa área rural. A regularização de terras rurais é uma antiga reivindicação dos produtores que precisam dessa segurança jurídica.

A Frente Parlamentar está à disposição de todos os produtores e parceiros para fortalecer essa pauta e outras demandas do Distrito Federal.”

Assina Deputado Roosevelt Vilela.

Concedo a palavra à Sra. Edileuza Laurentino, Presidente do Sindicato das Associações de Pequenos Produtores Rurais do DF e do Entorno.

SRA. EDILEUZA LAURENTINO – Boa tarde a todos e a todas. Eu quero cumprimentar a Mesa, o nosso Deputado por esta iniciativa que é de suma importância.

Quero cumprimentar todos os nossos amigos que estão aqui na luta, que não é de hoje. Em cada olhar, eu vejo a tristeza. É uma tristeza mesmo, Sr. Deputado. Nós não temos dignidade, que é o documento das nossas propriedades. Eu percebo que há indignação em cada mulher, cada criança.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	31

A nossa população do campo está envelhecendo. Os nossos filhos não querem mais ficar na zona rural, por quê? Por causa da luta que nós enfrentamos com essa situação fundiária. Entra governo, sai governo, só promessas... Mas é um título que não dá absolutamente nada de garantia para nós. É uma indignação.

Deputado, eu vi que cada um aqui falou da sua indignação, mas quero ressaltar a ARIE JK – Área de Relevante Interesse Ecológico Juscelino Kubistchek. É uma área, Deputado, que foi assentada, na época, por Juscelino Kubitschek. Lá se encontram cem famílias. Essas famílias produzem. Na década de 1960, foram trazidas por Juscelino Kubitschek e, no entanto, regularizadas, dentro dessa área, só há duas propriedades. E não é por falta de a gente gritar, fazer plenária, vir e bater papo, não. Quantas vezes a gente não veio a esta Casa? Quantas vezes a gente não entrou lá na Secretaria de Agricultura e até mesmo no IBRAM – Instituto Brasília Ambiental? Inclusive, eu fiz questão de fazer parte da Comissão de Assuntos Fundiários, no Ibram, para a regularização do Arie JK. Eu fiz questão de fazer parte dessa comissão.

Eu falo para o Deputado que ele é um Deputado de coragem, porque, para colocar a mão numa ferida em relação às terras públicas do Distrito Federal – pública, não; rural, que somos nós –, tem que ter peito. E eu vejo que esse Deputado tem. (Palmas.) Eu vejo que ele tem coragem, porque tem que ter coragem mesmo.

Outra coisa: todas as mulheres do campo, no dia da Marcha das Margaridas, vão estar lá gritando, porque nós queremos o nosso documento. É um documento para deixarmos de herança para os nossos filhos. (Palmas.) Então, Deputado, eu peço, em nome de todas as famílias do campo, atenda às nossas reivindicações.

Para encerrar a minha fala, eu digo que a área rural traz ar, alimento e dignidade para a população urbana. Então, nós queremos respeito e dignidade, porque 70% do que alimenta vem da agricultura familiar, que é a do pequeno, que fica ali sofrendo sol a sol.

Eu quero dizer que estou ali com a Vice-Presidente do sindicato. Toda hora, ela se levanta e fala para mim: “Edileuza, fale da questão das áreas de parque”. Infelizmente, Deputado, foram criados mais parques aqui no Distrito Federal do que a lei previu. Por quê? Para guardar terra para não sei nem quem. Não vou nem falar. Não vou citar, mas é para isso. Então, foi para isso que esses parques foram criados.

Eu chamo a atenção do Deputado para isto. A gente poderia juntar uma comissão e visitar um por um desses parques para ver o que tem lá e fazer uma investigação. A Arie JK tem duas propriedades rurais inseridas dentro de parque, e isso atrapalha a regularização fundiária de produtores que, antes da construção de parque, já estavam inseridos dentro dessas propriedades.

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Obrigado, Edileuza.

Quero dizer uma coisa, Edileuza. Quero falar algumas coisas em relação a esses parques. Eu tive oportunidade de falar com o Presidente do Ibram. Há tantos

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	32

parques no Distrito Federal, e ele diz que vai fazer outros parques, mas não consegue cuidar dos que já existem.

É verdade. Vamos ser bem claros. O Parque da Candangolândia está lá. Ele não tem nada, mas é parque. O camarada faz o parque, esquece o parque, coloca aquela cerca, e vão lá e roubam a cerca. Aí fica o parque sem cerca. Realmente concordo com você plenamente em relação a esses parques de Brasília. Melhorem os parques que já existem. Agora construir novos parques, se nem conseguiram melhorar os parques, não fizeram nada nos parques. Por que andam fazendo parques?

Está bom, Edileuza? Você já concluiu. Quero dizer uma coisa para você, Edileuza. Eu sou cearense lá de Ipu. Minha mãe chegou a Brasília em 1971. Meu pai morreu lá no Ceará. Ele só deixou água no pote, rede e uma casinha de taipa. Não estou fazendo discurso político aqui não. Estou falando aqui o que eu já sofri. Eu sei o que é estar em casa e o cara vir derrubar o quarto, o barraquinho da gente na década de 70. Então, minha mãe veio para cá, pegou os seis meninos e colocou no pau de arara. Foram duas semanas. Lá no Bandeirante eu morava num quartinho na 3ª Avenida, em frente à Igreja Menino Jesus de Praga. Minha mãe alugava uns quartinhos, uns cortiços que tinha lá de madeira. Quem é antigo sabe. Ela escondia a gente de dia e ia lá alugar o quarto. Dona Julieta alugava o quarto. Quando era à noite, ela estendia um colchão no chão e chegava a ninhada, os seis que ficavam escondidos na casa do meu tio. "Ô, dona Julieta, a senhora não falou que tinha seis filhos." "Se eu falasse, o senhor não deixava alugar". Aí ele ficava com dó de colocar a gente na rua. Eu sei o que é isso. Eu sei o que são os barracos pegarem fogo. Minha mãe não tinha lugar para morar. Só que, naquela época, o pessoal arrancava o... Era mais complacente do que hoje. Então, gente, eu sei o que é sofrer. Fui empacotador da SAB – Sociedade de Abastecimento de Brasília, fui engraxate no Núcleo Bandeirante... Vocês podem olhar e comprovar o que eu estou falando. Eu sei o que é você estar em casa e o cara vir arrancar você de dentro da casa porque você está invadindo, porque você não tem onde morar. Então, é essa situação que a gente tem que resolver.

Eu quero ressaltar aqui que a comissão não resolve, quem resolve são os órgãos, mas eu perturbo. Eu vou lá abrir as portas. "Não, Fábio..." Eu vou ser o mecanismo para chegar lá. Eu vou ser o camarada que abre as portas pelo mandato de Deputado. Porque eu não sou Deputado, eu estou. Eu sou subtenente da PM. E aqui eu quero terminar esses quatro anos, se Deus quiser, da mesma forma que eu entrei, de cabeça erguida. E, se lá na frente acontecer o que acontecer, eu volto para a minha casa com minha esposa, meu filho. Moro na Candangolândia, no mesmo lugar, com a mesma mulher há mais de vinte anos, com o mesmo telefone, do mesmo jeito. É assim que eu penso em relação à situação que a gente vive. É só um desabafo. Sou um cearense, lá de Ipu, que não nega fogo.

Olha, gente, eu tenho um assessor aqui de assuntos fundiários, é um camarada bom, que me orienta. Vocês acham que eu sei disso aqui tudo? Não sei. Eu tenho que ter os técnicos. Eu sei muito é de segurança pública, de prender vagabundo,

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	33

de ser administrador. Isso eu conheço. Mas eu estou aprendendo aqui na Comissão de Assuntos Fundiários. O Fábio Fuzeira tem me ajudado muito, e toda a equipe do nosso gabinete, os Secretários têm me orientado, todo mundo aqui.

Concedo a palavra ao Sr. José Raul Leão, Presidente da Agropec. O senhor tem três minutos, senão vamos sair daqui meia-noite.

SR. JOSÉ RAUL LEÃO – Boa tarde, senhores e senhoras produtores. Boa tarde, Deputado Hermeto, pela grande oportunidade que está nos concedendo aqui como produtor. Quero saudar todos os produtores aqui na pessoa do meu querido Raimundo, companheiro de luta já de algum tempo, e todos os presidentes, representantes, o Calisto, que representa a Alô TERRA – Associação dos Legítimos Ocupantes de terras Públicas Rurais do DF, e todos os companheiros de luta.

Sou colonizador no oeste da Bahia, na região de Luís Eduardo Magalhães. Comecei esse trabalho de assentamento no oeste da Bahia, em Luís Eduardo Magalhães. Para lá levei cinco cooperativas do Rio Grande do Sul, reflexo do PadeF aqui de Brasília, porque essas famílias subiram para o PadeF na criação do Distrito Federal, e, depois, os parentes foram subindo, não tinha mais espaço aqui no PadeF, começou na Bahia, e da Bahia foram para o Piauí, para o Maranhão, e assim sucedeu. Hoje o oeste da Bahia é um dos celeiros de maior produtividade do Brasil, como é o nosso PadeF aqui, como é o sul do Piauí e outros estados do Norte e Nordeste que estão produzindo.

Eu quero falar da importância que eu vejo neste governo e agradecer essa iniciativa do Deputado Hermeto de enfrentar essa batalha. Que os produtores vejam no senhor como a nossa trincheira para enfrentar os desmandos que já houve – não estou falando deste governo, porque este governo está começando agora. Eu estou aqui desde 1958. O Contrato 001 do Distrito Federal é o nosso do Parque Leão. Contrato 001 do DF.

Eu para cá vim convidado pelo governo para implantar um cinturão verde, para viabilizar a criação do futuro Distrito Federal. É isso que costa do meu Contrato 001, cuja concessão venceu agora em 2018, e ele foi renovado em 2002 até 2052. Eu não sei se vale ou não vale. Eu não sei. Eu sei é que eu vivo eternamente ameaçado. Isso aí já me custou três pontes de safena e uma mamária.

Assentei em Luiz Eduardo Magalhães 543 famílias de produtores rurais. Luiz Eduardo, hoje, é uma referência nacional, como é uma referência nacional o nosso PadeF aqui. Tivemos uma feira agora, Deputado Hermeto, e o que se fala com relação ao faturamento dessa feira que ocorreu agora em Brasília ultrapassa as propostas: 1 bilhão e meio de reais. E eu estou hoje aqui para dizer que dou 1 milhão por quinhentos se concretizarem 50% delas, porque o produtor daqui não tem garantia para dar para o banco para viabilizar esse financiamento. E sem garantia o banco não tem dinheiro. O banco é uma estrutura que foi feita para emprestar a quem não precisa. Nós produtores somos carentes, realmente, dessa regularização fundiária. O Governo do

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	34

Distrito Federal começa agora a sua gestão. Este governo que começa me surpreendeu.

Eu participei, como participo de todas as audiências públicas, no início deste governo, quando ele reuniu todos os seus Secretários para colocar como prioridade essa regularização fundiária do Distrito Federal. O senhor vai ser a nossa bandeira deste trabalho que nós precisamos, pela sua coragem e pela sua disposição. Conceda-me, até pela idade, mais dois minutos, porque é importante. Como Juscelino Kubitschek marcou a história do Brasil, trazendo o Distrito Federal para Brasília, como Roriz, ainda hoje morto, representa uma grande parte desses produtores que estão aqui, este governo que está aqui tem capacidade. Um governo que começou do nada e chegou aonde chegou. Ele tem capacidade de ir muito mais e fazer o sonho desse grupo de produtores do Distrito Federal se realizar. Isso depende é de vontade do governo.

Como entrar para a história do Brasil, como entrou Juscelino Kubitschek e outros grandes estadistas que este País já teve? Isso está nas mãos deste governo, que tem capacidade e coragem para fazer. E o senhor será a nossa trincheira. Se um dia forem derrubar a minha casa, pode ter certeza de que a minha carabina eu quero apoiar no seu ombro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Muito obrigado Sr. José Raul Leão.

Eu quero abrir um parêntese aqui rapidamente e dizer a todo mundo que está nesta comissão aqui que eu estou no MDB, sou do partido do Governador, que me convidou, e acredito em uma coisa: o Governador tem que ter coragem, Brasília está cansada de governador frouxo, frouxo. (Palmas.) Eu falo abertamente: o Rollemberg era um frouxo, medroso, medroso, medroso! Agora, podem falar o que quiserem do Governador Ibaneis, mas ele é um homem empreendedor, de coragem, que vai para cima, que bate na mesa, que chama à responsabilidade. Então, eu tenho certeza absoluta de que ele vai entrar com muita força na regularização dessas terras, nessa coisa que já vem de muitos e muitos anos, da qual alguns fazem massa de manobra em ano eleitoral, chega disso.

Eu converso com o Governador Ibaneis e tenho certeza de que ele tem coragem de chamar isso à responsabilidade e resolver a questão.

Eu, como Líder do MDB, do partido dele aqui da Câmara, vou estar atento a isso. Chega de governador frouxo de Brasília. (Palmas.)

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Concedo a palavra à Sra. Stefania Leão, Presidente da Associação Rural da Vargem da Benção.

(Intervenção fora do microfone.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	35

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Eu dou um boi para não entrar em uma briga, mas dou uma boiada para não sair.

SRA. STEFANIA LEÃO – Somos dois, Deputado.

Boa tarde, Deputado, meu nome é Stefania Leão, eu falo em nome da Associação do Núcleo Rural Vargem da Benção.

Meu pai adiantou um pouco da minha fala, mas eu gostaria de estar aqui hoje nesta audiência para receber uma indenização e um prêmio por sermos o contrato nº 1 do Distrito Federal, assinado em 1958. E até hoje esse contrato está intacto, produzindo alimento, concreto, honesto, sem dividir, sem fracionar, lutando contra a especulação imobiliária.

Em 2012, Deputado, tivemos a infelicidade de receber em nossa casa uma notificação nos dando quinze dias de prazo para derrubar o que meu pai construiu em uma vida.

O que precisamos aqui em Brasília, Deputado, não é de audiência. Nós precisamos de um documento para as nossas áreas, de um governo com coragem e, desculpem a palavra, com colhão, para barrar a especulação imobiliária e respeitar quem está dentro da área. É um absurdo uma pessoa que foi convidada para ajudar a instalar a Capital da República receber na sua casa uma notificação dando quinze dias de prazo para demolir e retirar o entulho sob pena de multa! É uma vergonha nacional, em pleno século XXI, um agricultor, na Capital da República, ser tratado como invasor, como bandido, quando ele deveria estar sendo premiado por estar preservando o meio ambiente! Qualquer nação desenvolvida faz isso e nós estamos na Capital da República, o maior PIB do Brasil, recebendo isso. Isso é uma vergonha!

Então, peço a V.Exa., Deputado, vá conhecer nossa área, uma área cheia de problemas ambientais. Hoje, antes de entrar nesta assembleia, acabei de receber uma mensagem no meu WhatsApp dizendo que o governo lançou o Polo Atacadista, que foi aprovado hoje.

Infelizmente, esta é mais uma audiência que começa e o Secretário sai no meio da audiência, eu fico indignada com isso! Eu acho isso uma falta de respeito. Estão aqui comigo o Sr. Raimundo, a Sra. Edileusa, o Sr. Joaquim, quantos outros estão aqui. Quantas audiências públicas teremos que ter para conseguirmos o nosso título? Isso é uma vergonha, gente! Seremos tratados... (Corte do microfone.)

Agradeço a atenção do senhor, agradeço por esta audiência pública, vou ter que me retirar, mas peço a atenção de quem está no lugar do Dilson.

Hoje, para eu pagar a minha taxa de ocupação, que eu pago rigorosamente desde... No final do ano, eu fui pegar o boleto da taxa na Secretaria de Agricultura e eu não pude pegar. Eu tive de ir à Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP solicitá-lo. Se a Terracap quiser, ela pode emitir ou não a taxa para eu pagar. Ela própria está me deixando inadimplente. Eu estou desde o final do ano tentando pegar essa taxa para pagar.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	36

Quero deixar registrado nesta audiência que estou tentando. Protocolei documento que solicita a minha taxa de ocupação e até hoje não obtive resposta. Estou inadimplente em função da Terracap.

Isso é uma vergonha!

Muito obrigada.

Desculpem-me o desabafo. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Eu vou ver com a Secretaria. Está bem? Deixe comigo. Obrigado.

Ela tem para quem puxar. O pai é bravo e ela também. Está certo. É tudo leão.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – O senhor está certo, Sr. Leão?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Não. O senhor já falou.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Está certo, Sr. Leão. Acalme-se, porque estou até com medo dessas pontes de safena. Acalme-se, Sr. Leão, pelo amor de Deus!

Convido a fazer uso da palavra o Sr. Presidente da Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Núcleo Rural Monjolo, Joaquim Campos. Esse é bravo também?

Esse parece que é mais tranquilo.

SR. JOAQUIM CAMPOS – Boa tarde a todos e a todas.

Primeiro quero cumprimentar a comunidade rural que está aqui presente. Eu sei o quanto é difícil cada um sair de suas comunidades para estar aqui.

Quero cumprimentar a Mesa e parabenizar o Deputado Hermeto por ter encabeçado esta audiência.

Calisto, em 2013, nós estávamos aqui em uma audiência pública com o Deputado Rôney Nemer. Nós estivemos aqui para tratar de regularização terras.

Naquela oportunidade – viu, Aramis, você que me acompanhou por muito tempo lá no Conselho Rural do Gama, em que fiquei durante quatro anos –, em todas as reuniões que fazíamos, era uma reunião por mês, levávamos um representante da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP para discutir a mesma coisa que estamos discutindo hoje.

Naquela audiência pública, Calisto, eu lembro que ficou tratado com o Deputado Rôney Nemer que a Terracap iria tomar providências para fazer a ação demarcatória das terras. Isso foi em 2013. Nós estamos em 2019, estamos tratando

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	37

da mesma coisa e o negócio não anda. Parece que é uma coisa que foi colocada para não funcionar – viu, Aramis?

O Aramis, que está aqui, representa a Terracap e sabe disso. De quantas reuniões nós participamos em Ponte Alta, Santa Maria, Gama? Em todas as reuniões, a gente ia e levava um representante da Terracap. Parece que a coisa está do mesmo jeito. Fiquei quatro anos no Conselho Rural do Gama e saí em 2015. Passaram-se 2015, 2016, 2017, 2018, 2019. Estou aqui. A mesma coisa que a gente tratou lá atrás, a gente está tratando aqui. Tratamos no Governo Agnelo, no Governo Rollemberg e a coisa continua do mesmo jeito, parece que não muda.

Eu compreendo a indignação do Sr. Leão. Nós acompanhamos a briga que houve com a Agefis naquela época lá. Foi uma coisa absurda. Não há parâmetro para isso e, hoje, continua.

Hoje há o Parque das Bênçãos – não é, Sr. Leão? Na parte de baixo, há o Parque das Bênçãos; na parte de cima, há o Polo Atacadista; e as famílias estão lá até hoje. No Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, o Vargem da Benção foi mudado para urbano. Só que lá está cheio de produtores e a gente vai fazer o quê com essas famílias?

Então eu peço hoje ao Deputado Hermeto, da Comissão de Assuntos Fundiários, que tome uma posição firme com relação à regularização.

Eu estive com o Vilmar dias atrás e o questionava por que a gente não aplica a Lei nº 3.465 no DF. Algumas coisas lá não cabem para o DF. Se cabe para a Amazônia, que tem problemas ambientais terríveis – o mundo inteiro está de olho na Amazônia, e a Lei nº 3.465 vai regularizar a Amazônia –, por que não cabe para o DF? Aqui infelizmente nós temos uma Terracap, Deputado Hermeto, que tem seus interesses. Só que os produtores rurais não podem ser jogados de lado em detrimento dos interesses da Terracap.

Nós sabemos que existem problemas com relação às terras. Acho que a advogada Anjuli Tostes, um tempo atrás, conseguiu uma decisão para que a Terracap apresentasse quais são as terras dela, quais lotes ela tem em Brasília, com base na Lei de Transparência. Não é, Calisto? Você se lembra disso. Até hoje eu não sei o que foi feito disso. Decisão judicial a gente tem que cumprir.

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Vamos começar a fazer os encaminhamentos.

SR. JOAQUIM WALDEILTON CAMPOS – Deputado Hermeto, há terra pública, terra da União e terra da Terracap. Para acabar com qualquer coisa, a Terracap mostra o que é dela – essa aqui é minha, mostra com documento, como o Calisto falou –; o que é da União; e o que for particular, deixem que a gente se vira, a gente entra com usucapião, a gente se vira.

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Há um general que cuida agora lá da Secretaria de Patrimônio da União – SPU. Eu conversei com ele, ele está disposto a

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	38

tirar todos os gargalos para resolver esse problema. Muitas das vezes, gente, colocavam na SPU políticos do Distrito Federal que ficavam fazendo política. Era para fazer alguma coisa, mas ficavam fazendo política. Quantos e quantos fizeram isso? Agora tem um homem lá que está moralizando, que é esse general. Eu esqueci o nome dele. O bicho é bravo que só. Ele falou que vai resolver esse problema das terras da União que estão no Distrito Federal.

Conclua, por favor.

SR. JOAQUIM WALDEILTON CAMPOS – Uma medida provisória está tramitando na Câmara dos Deputados, Calisto – você deve saber disso –, que trata de um convênio que vai ser feito entre União e Terracap para que passe as terras da União para a Terracap regularizar. As terras da União em Brasília vão ser regularizadas com base na Lei nº 3.465, que é federal. Como a gente vai entregar as terras da União, para que a Terracap tenha o poder de atrapalhar mais a vida dos produtores que estão nas terras da União?

Com relação àquela questão, eu lembrei que é ação discriminatória e demarcatória.

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Valeu, Joaquim.

Concedo a palavra ao Sr. Lionides Gonçalves de Souza, advogado.

SR. LIONIDES GONÇALVES DE SOUZA – Sr. Presidente, Srs. Secretários, autoridades e demais pessoas, eu cheguei ao Distrito Federal nos anos 70 e fui trabalhar lá dentro do Congresso Nacional. Participei das reuniões da Comissão do Distrito Federal e lá já se discutia a situação das terras do Distrito Federal, como deveria ser resolvida.

Vim para esta Casa, fui requisitado nos primeiros quatro anos dela. No ano 1991, criou-se a Comissão da Terra. Fui assessor dessa comissão. Discutiu-se toda a situação da terra do Distrito Federal. De lá para cá, vejo que houve muita coisa. A Lei Orgânica do Distrito Federal ficou pronta. Hoje, na condição de advogado com 36 anos de advocacia, sinto que, de vez em quando, a gente está enrolando o meu próprio cliente no escritório, que vive de advocacia hoje. O homem do Distrito Federal – hoje eu acredito que é uma grande maioria – não tem direito de morrer porque não deixa herança. Ele não resolve o problema dele, não deixa dinheiro para pagar a sepultura dele, que é cara no Distrito Federal. Não se reconhece firma hoje, no cartório, de um documento para ser colocado no fundo de gaveta. O cartório não reconhece firma, não passa uma procuração, não faz mais nada porque tem uma portaria da Corregedoria impedindo essa situação. É aquilo que se disse aqui: não se faz mais nada.

Então, veja só. Como se resolve essa situação? A minha experiência é como advogado possessório da área imobiliária. Eu cheguei a atuar no Estado de Goiás, na antiga ação discriminatória do antigo Instituto de Goiás, que foi criado justamente só para isso, criou essa região toda aqui. Ali se discutia as terras em assuntos das

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	39

chamadas ações de Registro Paroquial. A gente pegava o documento e dizia: eu sou proprietário de uma gleba de terra de 5 léguas na região tal. Era o documento que tinha. O Estado de Goiás reconheceu esse documento e resolveu o problema naquela época. Então, deixaram de colocar fogo nos cartórios de Goiás. Colocaram fogo em São João da Aliança, São Domingos, mas aqui no Distrito Federal não foi preciso. É preciso, Deputado, resolver o problema com simplicidade.

O que tem que ser feito, nobres amigos, é simplicidade. Fui um dos conselheiros da Terracap, e lá eu já disse isso: resolve-se o problema com simplicidade. Usando a simplicidade nós resolvemos tudo. Deixem o Governo do Distrito Federal arrecadar os impostos, impostos de ITBI, imposto de *causa mortis*. É muito mais importante do que arrecadar com a venda de terras. Só os impostos nas vendas.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Concedo a palavra ao Sr. Geovani Müller, Presidente do Sindicato Rural do Distrito Federal.

SR. GEOVANI MÜLLER – Boa tarde. Deputado, eu sou um grande crítico da legislação atual que temos no Distrito Federal. O pessoal da Secretaria me conhece e o da Terracap também. Eles falam que eu sou um batalhador nesse sentido.

A grande preocupação de todos aqui, muito mais do que crédito rural, é não ter herança para passar aos filhos. Inclusive a Superintendência do Banco do Brasil saiu do Distrito Federal por não ter emprestado, justamente por nós não termos garantia. Oito milhões ao ano, por toda a área agrícola que nós temos, temos de entender que realmente é insignificante.

Eu gostaria de exemplificar o nosso sentimento – de todos aqui, tenho certeza – quanto a essa falta de titulação do documento. A Concessão de Direito de Uso – CDU, e a Concessão de Direito Real de Uso – CDRU, no meu ponto de vista, não valem nada. Não valem por quê? Porque são precárias. O grande exemplo disso é hoje o Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN.

O Secretário estava aqui e disse que Vicente Pires está sendo regularizada. Olhe só, lá dentro tem pequenos produtores rurais que produzem e vivem daquilo lá. Qual foi o grande prêmio deles? Hoje foi aprovada uma moção de reconhecimento para esse pessoal. Uma moção de reconhecimento porque eles mantiveram a destinação rural das áreas, em detrimento de todos os outros irregulares que vão poder comprar diretamente suas terras. Lá eles vão poder comprar um lotezinho igual aos outros. Olhe só que maravilha, é lindo! O produtor que ficou lá trabalhando, que não vendeu, mas poderia ter vendido, não vai ganhar nada.

Não se pode legalmente – eu até concordo que legalmente não se pode – indenizar esse produtor, esse pobre coitado. Legalmente não se pode, mas é uma injustiça tamanha, Deputado. O que a gente tem que fazer a partir de hoje no Distrito Federal é justiça. O Aramis falou com muita propriedade: é justiça.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	40

O senhor falou que não pode fazer nada como Deputado. Pode abrir caminho, pode sim. A legislação está aqui dentro, é o senhor que pode fazer. Tem que chamar a atenção dos outros, tem que arrebanhar os outros e fazer justiça. É só isso que nós queremos. Boa tarde. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Obrigado.

Eu disse que eu não poderia fazer nada no momento em que... saindo daqui para abrir as portas, para a gente poder ir aos órgãos. Não que a legislação... Tragam um projeto, tragam as demandas que a gente, dentro da legalidade, vai fazer um projeto de lei que possa atendê-los na plenitude.

O que eu não vou fazer aqui é virar chacota no *DF TV*. Isso eu não vou virar. Não vou produzir leis inconstitucionais. Eu não vou fazer isso de jeito nenhum! Para mim, é uma vergonha você ter uma lei aprovada aqui e depois o Ministério Público entrar e dizer que o Deputado Hermeto fez uma lei que é inconstitucional. Aí eu vou ter um rótulo para mim e para os meus colaboradores no gabinete. Eu não vou fazer isso! Eu tenho muita cautela. Sou muito criterioso na produção de projeto de lei aqui. Não vou, exacerbadamente, fazer um projeto porque tenho que fazer. Não! Porque, daqui a pouco, ele bate lá e é tido como inconstitucional. Para mim – vou falar a verdade – seria uma vergonha isso.

Tem alguém do Park Way aqui? Tem. É o próximo. O Sr. Antônio Edson Guimarães Faria, da Associação dos Chacareiros do Park Way. Eu vou abrir um parêntese aqui. Eu estive lá no Park Way, na Vargem Bonita. Engraçado que alguns moradores do Park Way se incomodam com a Vargem Bonita. Eu disse isso para os moradores. Parece que eles se incomodam com a Vargem Bonita. Só que a Vargem Bonita está lá antes de existir o Park Way! Ou estou enganado?

Antes de termos aquelas mansões maravilhosas e lindas, a Vargem Bonita já estava lá! Existe uma certa... eu não vou dizer... não vou dizer essa palavra, mas eu vou... Dá vontade de dizer algumas coisas aqui, mas eu não vou fazer isso, porque... Como se os moradores da Vargem Bonita fossem invasores! Como se aqueles produtores, aqueles japoneses todos ali, fossem invasores. Não é! A Vargem Bonita está lá há quanto tempo? Então a gente tem que parar com isso.

Concedo a palavra ao Sr. Antônio, por três minutos. Não vamos passar disso, não, senão a sessão vai ficar longa.

SR. ANTÔNIO EDSON GUIMARÃES FARIA – Só quero cumprimentar todos, sem detalhe, para não me alongar. Eu vim trazer uma questão que não foi muito tocada aqui, a questão ambiental. Um dos problemas da Vargem Bonita é a Zona de Vida Silvestre da APA Gama e Cabeça de Veado, que a Dra. conhece muito bem. Então eu questiono.

Além de eu ser Presidente da Associação, eu sou perito judicial ambiental. Eu já questionei a legalidade dessa Zona de Vida Silvestre. Isso eu levei ao Ibram e tudo mais, mas é uma coisa que se deve procurar. Eu sugiro que as pessoas que tenham o

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	41

poder para isso procurem questionar, porque essa simples Zona de Vida Silvestre – que não existe em nenhum outro canto – foi criada meio que sem base legal. E ela está impedindo a regularização de praticamente todas as chácaras da Vargem Bonita, as chácaras remanescentes do Park Way e as chácaras do Córrego da Onça.

No Córrego da Onça, há chácaras que estão 100% na Zona de Vida Silvestre. Isso é uma coisa que a gente tem que tentar resolver. Não é chegar lá e dizer: olha, vocês estão errados. Até porque a Zona de Vida Silvestre foi criada depois que as chácaras já estavam lá – todas.

Então foi um erro de avaliação do governo. Por quê? Para se criar uma unidade de conservação, você tem que fazer estudos técnico-científicos e consultas públicas, e eu tenho certeza de que a população não foi ouvida para isso.

Outra coisa – voltando à questão do Park Way: realmente nós, lá, sofremos muito com a discriminação por parte dos senhores moradores de mansão, que se acham seres superiores e nos discriminam muito, tanto os chacareiros do Park Way quanto o pessoal da Vargem Bonita.

Mas a minha atenção é para essa questão da APA, a questão ambiental basicamente. Que procurem uma solução. Nós estamos tentando modificar alguma coisa, modificar o decreto da APA, porque ele é uma ilegalidade total. Eu falo isso pela minha condição de perito judicial ambiental. O decreto tem mais ilegalidade do que se possa imaginar. Então é preciso que tentem resolver isso. O governo tem que resolver isso.

Seria só isso mesmo.

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Obrigado.

Amigos, vamos encaminhar todas essas demandas – como eu disse aqui –, para começarmos a desatar os nós. Todas as demandas aqui nós vamos encaminhar. E, quanto a essa demanda aqui, a do parque, você já tem a perícia, então mande para a gente.

Vou chamar o último inscrito agora, para a gente finalizar...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Você está inscrito?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Mas vou deixar.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Da APA? Onde está o representante? E por que não se inscreveu? Venha cá, que você vai falar. (Palmas.)

Então ouviremos o penúltimo inscrito, por três minutos. É o Sr. Raimundo Rocha, diretor e fundador da Associação dos Legítimos Ocupantes de Terras Rurais do Distrito Federal.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	42

SR. RAIMUNDO ROCHA – Boa tarde, Deputado Hermeto, Presidente desta comissão geral. Em nome dessa população, eu cumprimento esta Mesa.

Deputado, eu quase não tenho mais nada a falar, porque já falaram tudo. Mas eu vou dizer algumas coisas aqui. Primeiro eu vou lhe dizer que tudo o que o governo faz de comissão, só faz e se junta somente com a corja dele. Os que são vítimas de toda a injustiça que se faz com o produtor rural não participam das comissões que o governo realmente faz.

Eu quero aqui dizer ao senhor que eu preciso e quero que o senhor tome a iniciativa de formar uma comissão dos produtores rurais do Distrito Federal, para que possamos discutir com o governo, porque não adianta o governo querer discutir tudo sozinho e já trazer o prato pronto para a gente comer. Nós não estamos querendo isso. O que eu quero, Deputado? Eu estava pensando ali que parece que é melhor eu pegar o lugar onde eu estou – o meu pedacinho – e começar a parcelar, porque, se eu parcelar e grilar, ninguém me persegue, porque eu estou tentando fazer a coisa certa, e a gente aqui, todo mundo é perseguido.

O que fizeram esses caras da Cana do Reino, de Vicente Pires e outros donos de chácaras no Distrito Federal? O que eles fizeram? Eles parcelaram, porque viram que não tinha jeito. Pelas vias diretas e justas, eles nunca iriam vender. Parcelaram, venderam. E o governo gostou, porque o governo, em cima disso, tinha por detrás disso, os seus laranjas, e cobraram um imposto que é ilícito, porque saía do valor da compra da terra nua para uma terra já urbanizada, que é o que acontece hoje nesses condomínios que estão aí.

Então, o que eu quero dizer, meus amigos? Eu não aguento mais...

Já acabou?

Nós não suportamos mais, Deputado, essa nossa situação em Brasília. É um sofrimento. Aonde a gente vai a gente é visto pior que bandido, porque somos grileiros. Nós não temos estrada, nós não temos remédio, nós não temos saúde, não temos nada!

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Conclua, Sr. Raimundo.

SR. RAIMUNDO ROCHA – E eu lhe peço, por tudo que é sagrado: vamos comprar essa briga! Nós só enchemos esse auditório aqui porque sabíamos que era o senhor, pois eu já tinha visto o senhor mandando para nós o convite dizendo “eu estou na CAF”. Eu passei aqui por outras audiências – e, do jeito que nós falamos, ficou... – , em todos os governos que já passaram, mas nada nos ajudou a resolver. Eu acredito no senhor. Como nordestino que eu sou, do estado do Maranhão, eu acredito que o senhor vai nos acompanhar e vai nos dar uma oportunidade, para que nós possamos regulamentar a nossa terra. Não queremos CDRU – Concessão de Direito Real de Uso. Queremos documento definitivo! E não queremos a terra de graça! Queremos comprar a terra, por um preço que nós possamos pagar!

Muito obrigado.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	43

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Obrigado, Sr. Raimundo.

Já acabaram os inscritos, mas vou deixar a Sra. Meire A. C. Oliveira, do Assentamento Oscar Niemeyer, falar por dois minutos.

SRA. MEIRE A. C. OLIVEIRA – Quero cumprimentar a Mesa e a todos que estão aqui.

Nós somos dos assentamentos El Shaday e do Oscar Niemeyer. Estamos na APA do Descoberto, em Brazlândia, e já estamos assentados ali há oito anos. Antigamente, há vinte anos, havia um grileiro lá, deteriorando as minas. Hoje nós estamos revigorando toda aquela vegetação, a mina já está agora aflorando novamente, e não estava mais. Precisamos ser regularizados, até hoje o governo fica falando que vai regularizar, e até hoje nada de sair a nossa regularização.

A DF-435, que passa em frente a nossa chácara, já foi asfaltada mais de dez vezes, e não há asfalto, desvio dos governos passados! Lá passa ônibus de linha, hoje foi a primeira vez que vi passar ônibus de linha de Brazlândia, o 422. Primeira vez na minha vida, depois de oito anos, que eu vi passar lá, o de São José. Mas só que aquela DF é asfaltada, mas não é asfaltada para nós, no projeto é, também não há iluminação. Engraçado que numa parte da DF-435, onde tem os condomínios, há luz e asfalto. Passou dos condomínios, onde moram os chacareiros, os agricultores, não há asfalto, não há iluminação. Que direitos humanos são esses? São só para os que têm dinheiro? Moram pessoas lá que são desembargadores, juízes, e lá há asfalto e iluminação. Nós somos produtores, mas não temos asfalto nem iluminação.

Então, estamos aqui agora, assentamentos Oscar Niemeyer e El Shaday, reivindicando o asfalto, a iluminação, que são para todos, e também os nossos documentos definitivos.

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Obrigado.

Estou abrindo três exceções. Vou pedir dois minutos para a gente encerrar.

Concedo a palavra ao Sr. Pantelis Ledakis.

SR. PANTELIS LEDAKIS – Boa noite a todos. Sou Pantelis Ledakis, meu pai é grego. Boa noite, Deputado Hermeto, boa noite, nosso ilustre Vilmar, boa noite aos demais que compõem a Mesa, boa noite aos ilustres Deputados e às senhoras e aos senhores que estão compondo o plenário. Vou ser breve, não vou tomar o tempo de vocês, já estão cansados, e os nossos ilustres Deputados também.

Deputado, quero parabenizar sua ação de sexta-feira em prol da comunidade do Núcleo Rural Vargem da Bênção, da Quadra 101. A ação foi imediata e resolveu um grande problema que poderia ter sido resolvido pela administração local do Recanto das Emas, acredito que falta administrador lá. Mas eu gostaria de parabenizá-lo e pedir uma salva de palmas, porque V.Exa. é o nosso Deputado, representa a população do Distrito Federal e está com as suas portas abertas. (Palmas.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	44

Sou empresário do ramo da construção civil, do ramo imobiliário, do ramo da agroindústria, sou produtor rural, sou um dos maiores produtores da minha região de horta-lança. Venho parabenizar o nosso Deputado, a todos que estão nessa Mesa, a todos que estão aqui defendendo os seus objetivos. Quero dizer que não é fácil, eu tenho certeza, não é fácil, mas é simples resolver toda essa situação do Distrito Federal. Nós temos um grande problema, e sou uma pessoa que está sempre, todos os dias, com pessoas simples e grandes empresários, um problema muito grande, um problema financeiro, toda a população está com poder de compra reduzido. O que adianta produzirmos, termos toda essa briga, e não termos para quem vender!

Então, peço, Deputado, só para concluir, uma ação emergencial que regularize, que faça a venda direta para todos os ocupantes de terra do Distrito Federal e Entorno, que faça a venda direta, independentemente do valor da Terracap, e que coloque o valor do Incra. Temos duas tabelas, a tabela da Terracap e a tabela do Incra.

A tabela da Terracap não tem como ser calculada. Só para concluir, que se faça venda direta, que vai soltar todo o mercado, todo o empreendimento do Distrito Federal e vai aquecer nossa economia.

Agradeço a todos vocês e quem perguntar nas ruas quem defende vocês, vocês gritam: Deputado Hermeto!

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Obrigado. Responsabilidade grande.

Concedo a palavra ao Sr. Rusbek.

SR. RUSBK – Deputado, vou ser breve.

Meu nome é Rusbek, sou morador da Vargem Bonita, sou da Associação da Vargem Bonita.

A Vargem Bonita foi a primeira área rural criada, em 1957. Vargem Bonita, Riacho Fundo e o PAD-DF foram as três primeiras áreas rurais, e, até hoje, somos perseguidos, como o senhor já conheceu, pelos moradores do Park Way. Eles nos consideram invasores, já compararam a gente com a favela da Rocinha, e dizem que nós vamos transformar aquela área em um Varjão.

Então, hoje, nós já temos nossas diretrizes assinadas, foi um sufoco. A Vargem Bonita hoje já tem as diretrizes que valem por quatro anos. Então, é preciso aprovar três coisas: a parte ambiental, a urbanística... são três. É preciso resolver também o problema dos meus amigos das áreas remanescentes do Park Way e do Córrego da Onça. O senhor já teve a oportunidade de conhecer...

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Eu estive lá. Já estive lá com o Sr. Marcelo, eu estou lá na Vargem Bonita direto.

SR. RUSBK – Isso, e esse problema todo vem da incompetência dos administradores anteriores, porque eles sabiam da nossa realidade e do atual também,

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	45

é uma incompetência muito grande em querer mostrar serviço, mas não estão resolvendo nosso problema.

Eu agradeço a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Obrigado, meu querido.

Para encerrar as falas, convido para fazer uso da palavra o Sr. Alberto Ramos, da Alô Terra.

SR. ALBERTO RAMOS – Boa noite a todos.

Eu quero agradecer a oportunidade de falar, Deputado. O que eu tenho a falar aqui é uma coisa muito séria e muito direta, a questão de terra e documentação.

O governo não pode regularizar todas as terras, porque a grande maioria das terras não são públicas, e a questão de lei as pessoas discutem tirar artigo, colocar artigo, criar novas leis. Nós já temos leis demais. A lei que nos interessa é a Lei nº 13.465, ela nos atende e resolve todos os problemas.

O que está acontecendo no Distrito Federal é que nós temos aqui, hoje, nós temos uma condição favorável, nós temos um Governador que quer resolver...

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Exato.

SR. ALBERTO RAMOS – ... nós temos um Deputado a quem é um prazer conhecer. É um prazer também saber que o senhor está nesta luta conosco, muito obrigado. Temos aqui o Dr. Vilmar, esse cidadão. Eu participo de reunião no Distrito Federal inteiro. Em todos os lugares a que chego, eu encontro esse cidadão defendendo, lutando para resolver. O Dr. Dilson. E foi uma surpresa encontrar também aqui o Dr. Aramis, que vai poder também nos auxiliar nessa questão, Dr. Aramis, porque o nosso maior problema se chama Terracap.

Nós temos terras, vejam bem, a desapropriação aqui, o processo de desapropriação caducou em 1960. Tudo o que foi feito ficou, o que não foi concluído, deixou de ter validade, não foi desapropriado a não ser na cabeça e na documentação que aparece, a cada dia, como muito bem colocou o nosso Presidente aqui, Calisto. Então, o que que acontece, nós temos uma situação de terras particulares, nós temos, sim, um grande grileiro nesta cidade que tem trabalhado muito contra nossa população que é a Terracap, porque ela aparece com documento de um lado e de outro e nós não sabemos de onde esse documento vem. Eu digo isso, porque eu tenho toda a documentação do Distrito Federal, de todas as terras, de todas as fraudes e de todos inventários, está até, inclusive, à sua disposição, Deputado Hermeto...

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Ok.

SR. ALBERTO RAMOS – ... e esses inventários tem quebra na cadeia condominial, como é o caso da fazenda de Vicente Pires, que pega do Núcleo Bandeirantes até o Taguaparque. Esta Casa, a própria Terracap e o Palácio do Buriti estão em terra grilada da cidade de Planópolis, com escritura registrada, que era para ser respeitada e não foi. Esses herdeiros, vira e mexe, conseguem ganhar as causas.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	46

Então, a nossa situação fundiária é, realmente, complicada, ela é complexa, mas nós temos como resolver. E para resolver: a recepção da Lei nº 13.465, na sua integridade, e acaba-se com essa outra do Distrito Federal, que não nos atende. É apoiar as pessoas que estão nos apoiando, tanto os Deputados desta Casa quanto o Dr. Vilmar, o Dr. Dilson, o Dr. Aramis.

Calisto, infelizmente, você tem razão. Essa lei do Distrito Federal não nos atende. E existe uma decisão maior de que o governo não pode remover ninguém em terras ainda não discriminadas, incorporadas ao seu patrimônio com a devida demarcatória, porque a Terracap desapropriou 10 hectares – A Terracap, não, o estado de Goiás –, 10 hectares de uma fazenda de 10 mil alqueires e a Terracap anda com os 10 hectares nas costas tomando – todos os lugares são dela. Ela consegue esticar isso igual àquele couro de boi da Bíblia: os 10 hectares passam a virar 10 mil alqueires.

Muito obrigada. Desculpa.

Está a sua disposição toda a documentação que eu tenho, que é completa, sobre todo o Distrito Federal. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Antes de encerrar esta reunião, eu quero agradecer a todos os membros desta Mesa.

Quero dizer aos senhores e senhoras que ficaram até depois das 18h – estamos há mais de três horas aqui – que não vai ser em vão esta comissão geral. Nós vamos pegar esses encaminhamentos e, se os senhores sentirem... Sr. Leão, sua filha, todos aqui, Sr. Raimundo... Todos. Procurem por mim. Eu vou de braço dado com vocês na Terracap, na Agricultura, na Agefis. Onde tiver que ir eu vou.

Eu não quero ficar fazendo sessão solene, sessão ordinária, a sessão que for para ficar aparecendo na TV da Câmara Legislativa, que tem dez, quinze pessoas assistindo. Não quero. Ou para fazer palanque. Nada disso.

Vamos encaminhar a todos os senhores. No avançado da hora, eu não vou mais abrir a palavra à Mesa, mas eu tenho algumas unanimidades aqui.

O Vilmar, tem uma faixa lá, dizendo...

Eu quero que o meu colega da Terracap, o Aramis, também tenha o seu Vilmar na Terracap. Pode ser V.Exa., pode ser o Leal, porque eu nunca vi um cabra igual a esse da Secretaria de Agricultura: todo mundo que está lá o apoia. Vamos procurar. Pode ser o Sr. Aramis, na Terracap. Vamos procurar o Vilmar da Terracap para buscar resolver esses problemas. O cabra é bom.

Então, falando a todos os senhores, à Seduh, ao nosso Secretário, ao Gerente de Regularização...

(Manifestação fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Está bom, vamos, sim. Nós vamos juntos.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2019	15h05min	44ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	47

O nosso Subsecretário, o Vicente, que conhece tudo lá da Secretaria de Agricultura, está aqui representando o Secretário. O Secretário Adjunto ainda está aí? Não, já foi.

Então, senhoras e senhores, podem contar com o meu esforço, com a minha dedicação, com a minha vontade de fazer a diferença em relação a isso.

(Manifestação fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Em nome de Jesus.

Agradecemos a presença de todos e das autoridades que compõem a Mesa.

Muito obrigado. Que Deus nos abençoe. Até a próxima.

Declaro encerrada esta comissão geral.

(Levanta-se a reunião às 18h14min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, Expediente que passo a ler.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h15min.)